

SESSÕES DO PLENÁRIO

2ª Sessão Ordinária da Convocação Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de janeiro de 2020.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos.)**

Com a palavra o primeiro orador inscrito, que é o deputado Adolfo Menezes.

(Pausa)

Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.ª Dr.ª FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, caros deputados, deputada Olívia, subo a esta tribuna hoje para prestar contas da intensa atividade parlamentar que os deputados desta Casa, sobretudo os deputados da Base do Governo, vêm tendo em função da PEC 158, que foi suspensa hoje para a entrada de uma PEC subsequente.

Primeiro de tudo, é importante a gente reafirmar o compromisso deste mandato com o funcionalismo público, com os servidores do estado da Bahia, não só como deputada, mas também como presidente da Comissão de Serviços Públicos. Logicamente nós compreendemos, deputado Eduardo Alencar, que a reforma da Previdência, em virtude da adequação à lei federal, mas também para fazer vez ao déficit previdenciário, é um remédio necessário, porém amargo.

Cabe a nós, que temos esse compromisso, irmos dialogando com os movimentos sindicais, com as centrais sindicais, absorvermos propostas de flexibilização onde é possível e intermediarmos um diálogo transparente, um diálogo responsável com o governo do estado. Assim tem sido sob a liderança do deputado Rosemberg, Líder do Governo, com inúmeras reuniões não só com o governador, mas com a Serin (a secretária Cibele), com o secretário Góes, ouvindo-se em conversas formais e informais inúmeros servidores que representam suas categorias, recepcionando-os não só como mandatos, mas como próprio partido, o PSB, que tem base sindical forte, presidido pela deputada federal Lídice da Mata. Assim também tem sido com o suplente de senador Bebeto recepcionando centrais sindicais: Sinpojud, Sintec, Sindipoc, Sintag, enfim, inúmeras centrais que estiveram lá no PSB.

Isso porque não poderia ser diferente para que nós propuséssemos alterações, flexibilizações, para tornar essa regra, esse regramento, menos amarga naquilo que for possível, sem comprometer, deputado Zé Raimundo, aquilo que se espera para diminuição desse déficit previdenciário. Está sendo feito, é preciso que se diga isso, muitos avanços foram feitos de dezembro para cá, após esses diálogos e após a sensibilização do governo do estado. Parte disso, lógico, já foi incorporada por essa nova PEC que virá, e logicamente os diálogos, eles estão abertos, mas é claro que há a solidariedade desta deputada em função de mudanças que se farão necessárias para a adequação à reforma da Previdência federal.

É bom que se lembre que nós vamos colocar aqui uma reforma que é totalmente diferente da reforma do governo federal, já tendo regras bastante flexíveis, com diferenciação na pensão por morte, nas regras de transição, na idade mínima. Eu, como mulher, defendi que essa PEC... que havia uma diferenciação, sobretudo para professoras mulheres, impactando em mais 7 anos para se aposentar. Mas com a regra, reconhecendo que a regra federal exige uma diferença de 5 anos entre a idade mínima geral para os servidores e para professores, nós, então, a partir...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) desses diálogos, conseguimos a sensibilização do governador, que mandará uma PEC já com a diminuição da regra geral para idade mínima: de 61 anos para mulheres e 64 anos para homens. Mas eu quero usar esses 10 segundos para também falar de um projeto de lei que será votado nesta Casa, presidente Nelson Leal, para a educação, o Projeto de Lei nº 23.686, que vai permitir o acúmulo de gratificações para professores imbuídos dos cargos de diretor e vice-diretor...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Daqui a pouco lhe passo, dê-me só mais 10 segundos de pautas positivas porque, ao votar isso, nós estamos favorecendo essa pequena modificação no Estatuto do Magistério, os diretores e vice-diretores, valorizando-os.

Hoje estivemos com o fórum de gestores para dirimir algumas dúvidas e nós esperamos que possamos, se aprovado pelas lideranças algum acordo, encaminhar essa votação, esse projeto de lei que prioriza esses professores que estão imbuídos dos cargos de diretores e vice-diretores.

Obrigada, Sr. Presidente, pelo tempo de tolerância.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputadas, colegas deputados, imprensa, servidores desta Casa, quero dizer que nós, do PCdoB, temos também uma compreensão sobre os avanços importantes que aconteceram em relação à PEC da Reforma da Previdência.

Desde o primeiro momento, quando a PEC 158 chegou a esta Casa, o PCdoB fez críticas àquele texto e apresentou um conjunto de sugestões de mudanças do texto ao governo. De lá para cá nós aprofundamos esse debate, e considero que foi muito importante, tanto a reunião que nós tivemos ontem com o Líder Rosemberg e as lideranças dos diversos partidos da base aliada quanto a reunião que nós tivemos hoje com o movimento sindical, com as centrais sindicais, deputado Fabíola.

Eu, inclusive, quero dizer que, também com muita tranquilidade e muita determinação, participei, sim, do ato do movimento sindical que aconteceu hoje, na porta aqui da Assembleia Legislativa, porque acho que a gente não pode ter medo do movimento sindical, do movimento social. É de lá que nós viemos. E fiz questão de ir lá dizer abertamente qual é a minha posição sobre esta PEC, dizendo que eu não sou parte da Bancada da Oposição, sou parte da Bancada do Governo e, como tal, pretendo votar com o governo, desde que o governo abra interlocução com o movimento social, com o movimento sindical e promova as mudanças que o texto precisa ter para justificar o nosso voto nesta Casa.

Quero dizer que considero muito importante que o governador Rui Costa tenha retirado a PEC 158, que vá enviar agora, para esta Casa, um novo texto, que será a PEC 159, com a disposição, deputada Neusa, de absorver parte das contribuições que o movimento social apresentou. Isso significa uma qualidade de diferenciação do processo que está acontecendo na Bahia de outros processos que já ocorreram no Brasil e da própria PEC nacional.

Então é muito importante, porque no texto anterior tinha lá um pedágio de 100% ao qual nós nos colocamos contra. Hoje, nesta PEC que será apresentada, deputado Alex, o pedágio já cai para 60% do tempo para a maioria dos servidores, exceto para professores, agentes, em que cai ainda mais, para 50%. Então nós vamos ter 60% e 50%.

A redução da idade mínima é muito importante, deputada Neusa, ainda que tenha sido de 1 ano, mas já vai ser uma redução significativa em relação a todos os estados. A nossa PEC estadual vai ser a única, vai ser a única com essa redução de

idade, que é 64 para homens e 61 anos para mulheres. No caso dos professores, 56 para mulheres e 59 para homens.

Então, são sinais objetivos de que o governador Rui Costa tem, sim, a disposição de escutar os movimentos sociais, dialogar, modular a proposta, procurando levar em conta aquilo que mais nos preocupa, que é, sim, a redução de danos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aos servidores, a garantia de direitos estratégicos para os servidores, que não podem se perder num processo de votação a toque de caixa.

Então, eu quero aqui concluir a minha fala dizendo que, como membro da Bancada do PCdoB – e tenho certeza de que esse é o espírito do conjunto da nossa bancada –, nós reconhecemos, sim, avanços do governo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e estamos com essa disposição de continuar trabalhando para que a reforma na Bahia seja a reforma com o menor impacto na vida dos servidores que tenha havido no país.

Então considero que esse é um ganho muito importante. Quero aqui parabenizar a liderança do deputado Rosemberg, a sensibilidade do governo estadual e dizer que vamos seguir nesse avanço e nesse papel de mediação entre o movimento social e o nosso governo, que nós sustentamos, somos parte dessa bancada, com uma presença dialogada, uma presença crítica, mas uma presença, sobretudo, construtiva.

É isso. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

(O deputado Alex Lima assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: *“Com tiranos não combinam brasileiros corações”*. Eu começo fazendo esse debate porque me parece que é essa a grande questão. Mais do que nunca, está revelada para a sociedade essa como a questão central na polêmica sobre a PEC 158, que vai virar PEC 159 e que nós estamos discutindo agora nesta Casa.

Quero dizer primeiro que o deputado Rosemberg, Líder do Governo, e as próprias falas do governador vão no sentido de dizer que o Partido Socialismo e Liberdade, o PCB e a UP, que representaram nosso mandato da resistência, foram irresponsáveis ao fazer o pedido da liminar e conseguir, nesse sentido, a retirada da tramitação.

Quero dizer, deputada Olívia, que eu concordo muito com a sua fala, a de que é importante representar os interesses do movimento social, estabelecer o diálogo, e mais ainda com o aparte em que V. Ex.^a observa os avanços que parecem estar surgindo do aprofundamento do debate de maneira quase que imediata, deputada Fabíola também. Eu falo “de maneira imediata” porque foi de ontem para hoje que isso aconteceu.

A deputada relacionou aqui o pedágio, a queda de 60% e 50%, a queda na idade mínima, coisas realmente importantes que estão acontecendo, mas eu não daria os parabéns ao Líder do Governo por isso, não daria porque o governo não teria essa oportunidade se não fosse a nossa liminar. Neste momento, se nós não tivéssemos parado o trator do governo Rui Costa, já teríamos a PEC aprovada e possivelmente promulgada pelo governo do estado. Mais do que isso, hoje o Líder do Governo, apesar de dizer que se abriu para o debate, que está enriquecendo a proposta... Como a deputada Olívia observou aqui, a PEC já vem com outra forma para esta Casa... Deputada Fabíola também não reconhece, não faz nenhuma relação com a trajetória que fez aqui nesta Casa e principalmente com a sua relação com as categorias, que foi a de dizer que a PEC seria aprovada entre os dias 13 e 14. Se não fosse a liminar, não existiria o mínimo de debate democrático, que, a meu ver, não aconteceu ainda.

(...) Antes disso, eu quero abordar sobre o debate que precisa acontecer... Antes disso, eu quero rapidamente dizer que esta reforma não precisava, de forma alguma – está demonstrada agora –, ser feita de maneira atabalhoada, de maneira atropelada, ou seja, não precisava ser feita no estilo “Correria”.

E por que isso não precisava existir e não precisa existir? Porque esse é um mito que o governo, o próprio governador Rui Costa, está espalhando pela imprensa: o de que nós temos um prazo até julho para fazermos modificações e nos enquadrar à PEC 103 (a PEC federal). Mas isso é mentira! É mentira revelada pelo governador Flávio Dino, do PCdoB, deputada Olívia, que fez a reforma da Previdência lá, garantiu algumas conquistas, inclusive. Teve uma parte de reforma, não foi só contra a reforma, não, tiveram algumas conquistas. Ao lado disso, fez as alterações da alíquota e a criação do fundo complementar, que a Bahia já tem.

O governador Rui Costa antecipou a reforma de Jair Bolsonaro aqui na Bahia, e não tem nem o prazo de julho. Portanto, o governador Rui Costa está à cavaleiro. A Bahia está tranquila para fazer o que Flávio Dino fez e o que os movimentos sociais querem que seja feito. Foram 2 anos de debate lá para a aprovação da PEC, com a criação de uma comissão que teve por tarefa fundamental ouvir os servidores públicos para rediscutir a sua Previdência.

Em relação à questão regimental, volto a dizer, o deputado Rosemberg foi hoje para uma rádio de grande circulação, e amanhã a gente já vai estar respondendo pela manhã. Quem quiser...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) assistir, nós estaremos na Rádio Metrópole amanhã respondendo ao deputado Rosemberg para dizer que o nosso comportamento feriu a tradição da Casa. Que tradição é essa de se começar uma sessão com 7 deputados em vez de 21, de fazer uma votação com 5 deputados, quando se precisaria de 32, de fazer publicação do projeto, ou melhor, fazer aprovação de prioridade por projeto e publicar no dia posterior? Isso é...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) rasgar a Constituição, rasgar o Regimento.

Esse tipo de deputado nós não nos submetemos a ser e não seremos. O PSOL, o PCB e a Unidade Popular vieram aqui para esta Casa para se rebelar em relação ao populismo, ao autoritarismo e principalmente ao tratoramento da opinião da sociedade civil organizada...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: Com a sua paciência, Sr. Presidente, muito rapidamente.

(...) Acho que o momento a que se chega agora é o de abrir os dados atuariais. O governo tem estudo pago com dinheiro público, e esta Casa precisa se impor e exigir os elementos dos dados atuariais, exigir o respeito ao conselho previdenciário estadual da Bahia, que seja empossado, que sejam respeitadas as suas atribuições e, principalmente, que se faça o debate democrático com as categorias para gerar uma previdência que qualquer servidora, qualquer servidor quer, uma previdência que tenha sustentabilidade, tenha musculatura...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: (...) e lhes dê segurança e a toda sociedade. Porque tudo o que se referir à dignidade do servidor é de interesse de toda a sociedade baiana, toda a sociedade que utiliza o serviço público.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Capitão Alden.

(Pausa)

Na ausência do deputado Capitão Alden, com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, servidores desta Casa, que tanto trabalham e colaboram para o funcionamento desta Assembleia, imprensa que nos acompanha nesta tarde. Sr. Presidente, a Secretaria de Segurança Pública, do governo da Bahia, apontou que o número de crimes violentos letais e intencionais teve queda de 9,4% em comparação a 2018, motivo esse que deve ser comemorado. E eu venho aqui parabenizar o secretário de Segurança Pública Maurício Barbosa pelos avanços conseguidos, mas não podemos deixar de destacar, Sr. Presidente, que o número de feminicídios em nosso estado vem crescendo. Houve um aumento de 33% no ano de 2019 em relação a 2018. Foram 101 casos de feminicídios em nosso estado, número elevado, frente a 76 feminicídios, que já era um número elevado, ocorridos em 2018.

Então, esse é um problema que aflige o nosso estado, que aflige principalmente os municípios do interior. E eu, no ano passado, Sr. Presidente, tomando a iniciativa, até motivado por vereadores do interior, de Vitória da Conquista, vereador Edvaldo

Ferreira Junior, que promoveu debates naquele município, depois fizemos uma audiência pública, inclusive na OAB seccional Vitória da Conquista, com o apoio da OAB, com o apoio da Delegacia Feminina de Vitória da Conquista, participação de juízes, enfim, de promotores, do Ministério Público, apresentei, àquela época, Sr. Presidente, um projeto de indicação solicitando que fosse instalada em Vitória da Conquista uma Defensoria Pública especializada na defesa da mulher. E fico muito feliz, Sr. Presidente, que ontem foi publicado no Diário Oficial do estado da Bahia a instalação dessa Defensoria, deputado Alan Sanches, importante.

Conquista é a cidade que menos concede medidas protetivas às mulheres que buscam os seus direitos, Conquista que vem, pior até do que os números apresentados na Bahia, aumentando os números de casos de violência contra as mulheres, então nós ficamos muito felizes em ver que podemos levar à população o que ela tanto precisa. E essa Defensoria Pública especializada, que será instalada em Vitória da Conquista, não vai atender só o município de Conquista, Sr. Presidente, vai atender toda uma macrorregião.

Conquista é uma cidade que congrega diversos municípios, a Defensoria Pública de Conquista é muito importante para toda aquela regional e agora, com a instalação da Defensoria Pública especializada em defesa da mulher, nós acreditamos que um salto significativo vai acontecer naquele município, principalmente no combate de casos de violência contra a mulher e também nos casos de feminicídios que vemos no nosso estado, aumentando, de maneira significativa. Um aumento de 33%, Sr. Presidente, é 1/3 a mais nos casos de feminicídio em nosso estado, de um ano para o outro, quando vemos que o número de homicídios diminui.

Então, é um problema seríssimo, é um problema silencioso, que nós percebemos que, muitas vezes, as mulheres não têm coragem de buscar os seus direitos, justamente por serem intimidadas e, muitas vezes, não buscam os seus direitos por não existir um arcabouço do estado que proporcione, pelo menos, o conforto de buscar os seus direitos, e essa Defensoria fazia muita falta no município de Conquista.

Então, nós comemoramos. Eu fico muito feliz. Eu acho que se deixar de ser deputado hoje deixo alegre por ter conseguido, com certeza, um avanço significativo para o município onde nasci, para o município que vem sofrendo e que, com certeza, agora, agora vai fazer frente a esse crime tão hediondo que é a violência contra as mulheres.

É isso que eu trago nesta tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados, deputadas, demais amigos e cidadãos que nos acompanham por diversos meios de comunicação ou transmissão, bem, primeiro, eu gostaria de participar aqui que a Santa Casa de Misericórdia da Bahia já tem um novo provedor. Tínhamos o grande Roberto Sá Menezes e agora é o José Antônio Rodrigues, ex-secretário de Saúde do estado, ex-secretário de Saúde do município, ex-provedor da Santa Casa e que agora retorna com mais esse desafio em sua vida, para que possa conduzir os destinos da nossa Santa Casa, do Hospital Santa Izabel, do Campo Santo, atualmente do Hospital Municipal, do Centro de Referência de Cardiologia, o Adriano Pondé.

Então, realmente, é um desafio muito grande para Zé Antônio, mas ele como conhecedor da área da saúde, como grande administrador, ele é um craque nesse assunto, tenho certeza de que vai tirar de letra, mais uma vez, esse grande desafio.

Senhoras e senhores, o tema não podia deixar de ser outro pela convocação extraordinária que foi feita, a reforma da Previdência. Nós observamos durante todo esse tempo, desde a época se a gente fizer um retrospecto, ainda com Artur Maia, que foi o primeiro relator, e depois com a era Bolsonaro, quando mudamos o relator, e você observa que o Partido dos Trabalhadores, o PCdoB, mais alguns partidos, naquele momento, eles, desde lá de trás, utilizaram, inclusive o Sr. Governador Rui Costa utilizou tudo isso como uma bandeira de campanha eleitoral, dizendo que era um absurdo o que iriam fazer com a Previdência dos brasileiros, da população.

Só que naquele momento, quando a Câmara Federal percebeu o que os governadores do Nordeste, principalmente do Partido dos Trabalhadores, liderados pelo consórcio do governador Rui Costa, quando perceberam que eles estavam utilizando porque iriam receber os bônus, mas não queriam receber esse ônus. E, dessa forma, espere aí, vamos ajeitar aqui para que haja participação efetiva do governador de seus estados encaminhando para a Assembleia.

A minha pergunta fica aqui para toda a imprensa, a gente sabe que a política é um caminho que vai e que vem, que você tem que tomar muito cuidado com os seus discursos, porque hoje tudo vai estar gravado, tudo vai estar lá guardado, mas vamos fazer uma pergunta à imprensa que cobre o cenário nacional, o estadual, o municipal: como será o comportamento dos deputados, inclusive estaduais, que estiveram aqui defendendo que não tivesse reforma da Previdência, que era um absurdo, que não tinha por que ter reforma de previdência? Como é que vão ficar agora esses deputados que queriam até votar lá, mesmo estando aqui, dizendo: “Não, eu voto não”, que usaram isso como bandeira eleitoral; que diziam: “Olha, esse deputado aí vai votar...” Eu nem votei em reforma de Previdência e queriam me colocar esse ônus, deputado Bobô, de que a gente tivesse votado.

Agora, como é que ficam os princípios de cada cidadão, de cada deputado quando ele fala uma coisa e depois ele faz outra? Será que isso não tem no seu íntimo uma responsabilidade de posicionamento? Ou seja, a partir do momento em que esses políticos não têm palavra, como é que as pessoas vão confiar neles como seus representantes?

Então, eu acho que qualquer político tem que tomar muito cuidado com o que fala, com seus posicionamentos, e defendê-los! Mesmo que em alguns momentos seja um desgaste, seja impopular.

A reforma da Previdência, todos nós sabemos, que era importantíssima a reforma que foi feita no governo federal, mas o governo estadual ele começou a utilizar de um argumento que era uma adaptação ao governo, deputado Hilton, ao governo federal. Mentira! Primeiro que teríamos isso até junho, se não me falha a memória, até o mês 6, para que a gente fizesse essa adequação. Mas, com esse mesmo argumento de adequação à reforma do governo federal...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que possa continuar firmando convênios, para que possa continuar celebrando empréstimos com o aval do governo federal... Me digam uma coisa, por que colocar, deputado Hilton, você que tem sido um combativo disso, por que colocar tantas coisas agregadas que não têm nada a ver, deputado Alex, nada a ver...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com adequação da reforma do governo federal?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. ALAN SANCHES: Então, essa resposta, eu acho – com a mesma tolerância que V. Ex.^a teve com o deputado Hilton Coelho –, essa resposta já foi dada ontem. Primeiro que nessa forma açodada como mandou a reforma da Previdência, retirou. E, agora, como se fosse um outro projeto substitutivo do projeto, vai apresentar uma nova reforma, que poderia ter feito isso discutindo com os movimentos sociais, discutindo com os sindicatos, para que a gente chegasse a um consenso e dissesse: isso precisa, a gente realmente precisa adequar. Mas utilizar essa adequação para colocar a mão, mais uma vez, no recurso, no dinheiro, na vida dos servidores, isso eu não posso concordar.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir, deputado

O Sr. ALAN SANCHES: Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, ser gestor não é fácil. Eu vi uma foto do governador Rui Costa, quando ele tomou posse 5 anos atrás – cara de menino, cabelo preto, e, hoje, você olha para o governador, veja quantos anos ele já envelheceu. É claro que ninguém o obrigou a ser candidato, a ser governador – vontade própria.

Isso é... todos os gestores... nós vemos o Obama, nos Estados Unidos, com pouco tempo cabelo preto, saiu com o cabelo branco. Ninguém, em sã consciência, gosta de tirar direitos principalmente daqueles que carregam a máquina do estado, que

são os funcionários públicos, aqueles que estão na ativa hoje, salvo engano 150 mil funcionários e 130 mil entre pensionistas e aposentados do estado da Bahia. Ainda mais um governador oriundo de uma das camadas mais pobres da população, que sabe o que é a pobreza, que sofreu as agruras da pobreza, da falta de recursos durante boa parte da sua vida.

Mas ser gestor é ser responsável. E eu não vejo ninguém nesta Casa discordar dos valores do rombo da Previdência, que, em 2019, findou com 4 bilhões e 300. Então, ao mesmo tempo que 15 milhões de baianos, que merecem transitar em estradas adequadas, transitáveis, que merecem colocar os seus filhos em colégio de qualidade, que merecem ter um tratamento mais rápido quando precisam de uma internação, que mesmo aperfeiçoando a Central de Regulação é um dos problemas graves da Bahia devido a 15 milhões de habitantes. E milhares deles, diariamente, precisando de uma internação, precisando de cirurgia de todo tipo. Ninguém se sente à vontade.

Então, vocês imaginam 15 milhões de habitantes, mesmo 250, 280 mil funcionários entre ativos e inativos, nós temos aí 14 milhões e tantos de baianos precisando do serviço e da força do Estado, de toda a sua infraestrutura de educação, de saúde – de tudo! –, de escolas, de estradas!

Então, o governador – não é à toa, com a sua gestão séria, sem nenhuma denúncia nesses 5 anos que ele está à frente dos destinos do estado da Bahia – conseguiu investir, mesmo tirando essa montanha de dinheiro para a Previdência, para complementar a Previdência, conseguiu investir! Mas, no Brasil, só São Paulo esteve à frente da Bahia nesses anos, pela seriedade, por olhar os dados, para ir para a ponta da caneta como nenhum outro gestor aqui no estado da Bahia. E não é à toa que a população reconheceu e lhe deu a maior votação da história das eleições da Bahia.

Então tenho certeza absoluta que o governador não se sente bem tirando direitos, não se sente bem em mandar uma reforma dessa aqui para a Assembleia, mas não tem outra alternativa. No final de 2020, se nada for feito...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) independente das consequências de não receber..., de não poder tomar empréstimo, de não receber convênio do governo federal, serão quase 5 bilhões no final deste ano que se inicia.

Então, você ser gestor também é desagradar para que a máquina consiga continuar rodando, para que o governador continue...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) como fez até hoje, nesses 5 anos, ...

Vou concluir, Sr. Presidente.

(...) honrando todos os seus compromissos, pagando os salários em dia. Ao contrário de estados ricos, com um orçamento muito maior que a Bahia, como o Rio de Janeiro e outros, o estado mais conhecido no mundo, o estado símbolo do Brasil, que é o Rio de Janeiro, dividindo salários. E é por isso que o governador tem que tomar essas medidas para continuar honrando, para a Bahia não se juntar a maioria dos

estados do Brasil que, com essa crise grave que nós atravessamos, seja mais um a atrasar seus compromissos.

Então, é duro. Tenho certeza, vou concluir, Sr. Presidente, que o governador não faz isso feliz, mas faz sabendo que é uma necessidade que nós não podemos adiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Concedo a palavra ao deputado Alex Lima pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, quero cumprimentar a Galeria Paulo Jackson, os telespectadores da *TV Assembleia*. Mas, presidente, na tarde de hoje, eu não queria entrar nas questões técnicas da reforma da Previdência. A deputada Fabíola Mansur já se pronunciou na tarde de hoje, falando dos avanços, das negociações, a deputada Olívia Santana, na mesma linha.

Eu queria chamar a atenção apenas para a armadilha que foi montada a respeito desse tema. Ora, as duas casas legislativas que formam o Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, são presididas por dois parlamentares do Democratas. O que fizeram esses dois parlamentares que, por acaso, são do partido, o maior partido de oposição aqui na Bahia? Eles jogaram para os estados e para os municípios que fizessem as suas reformas, no típico jogo baixo da política porque isso poderia ter sido feito a várias mãos, reunindo os governadores do Brasil para construir, a partir daí um grande pacto.

E eu vi aqui hoje o deputado Alan dizer que o governador Rui Costa era contra a reforma da Previdência. O governador Rui Costa era contra 4 pontos basicamente da reforma, 4 grandes questões da reforma que lhe foi iniciada a discussão: o benefício de prestação continuada, a capitalização, a retirada do texto constitucional e a aposentadoria rural. Mas o governador sempre falou. Em campanha, o governador dizia em palanque – e eu presenciei diversas vezes –, a grande preocupação que ele tinha com o rombo da previdência que, somente no ano passado, chegou a R\$ 4 bilhões.

Mas, ainda insistindo no tema político, o Sr. Presidente da República, colocando uma faca no pescoço dos governadores para atingir sobretudo os governadores do nordeste brasileiro, baixou um decreto dizendo o seguinte: “olha, vocês têm até junho para se adequar a reforma da Previdência que nós fizemos no governo federal. Quem não fizer isso até junho de 2020, ficará impedido de receber e conveniar com o governo federal”, o que seria uma grande tragédia para estados pobres como a Bahia, que tem a 23ª pior arrecadação *per capita* do país.

Portanto, eu queria, na tarde de hoje, chamar a atenção para essa armadilha que foi montada pelos dois caciques do Democratas no Congresso Nacional, o Sr. Rodrigo Maia e o Sr. Davi Alcolumbre.

E o que fez o governador Rui Costa? Se ele estava engessado e com essa faca no pescoço, o que fez o governador? Procurou encontrar uma forma de amenizar, de fazer uma reforma menos pior do que a do governo federal, atenuar uma série de danos que causam aos servidores, já explicados aqui por minhas duas colegas que me antecederam. Portanto, essa reforma é uma reforma dentro do que foi possível fazer com todo esse engessamento político feito pelo governo federal.

E eu não tenho dúvidas de que o governador Rui Costa tem tido a preocupação, tem tido o zelo e tem tido, sobretudo, a responsabilidade na condução dos destinos do nosso estado.

Mas o que estamos presenciando hoje nada mais é do que uma grande armadilha política montada e da qual nós não podemos nos afastar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

...porque corremos o risco de fazer uma reforma que lá na frente seja declarada inconstitucional se não seguir itens do governo federal.

Portanto, Sr. Presidente, era essa a minha contribuição no dia de hoje e não adentrar apenas nas questões técnicas, mas desmontar essa grande farsa que foi montada por, sobretudo, interesses político-partidários.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, Alex Lima, colegas deputados e deputadas, pessoal da tribuna, da TV ALBA, da Segurança – ao meu amigo vereador Thor de Ninha, de Alagoinhas, aquele abraço –, pessoal da imprensa, pessoal do cafezinho, o que me traz aqui hoje é um motivo de alegria. Queria saudar o prefeito de Irecê, Elmo, que é um dos melhores prefeitos da Bahia e do Brasil. E queria saudar também o seu secretário da Educação pelo trabalho que tem desempenhado naquele município.

No último IDEB, cujo resultado saiu agora, no *ranking* das 35 maiores cidades da Bahia, Irecê aparece entre as 10 que tiveram os melhores desempenhos no IDEB em 2017. Para o povo ter ideia, vocês aí de casa, nos anos iniciais, no Ensino Fundamental, o município alcançou a nota 5.5, ficando em terceiro lugar no estado. Nos anos finais, dos 35 municípios ficou no 7º lugar, com a média 4.0, na frente da capital, que tem a média 3.9.

Além disso, Irecê tinha uma escola de tempo integral deixada pela gestão anterior. Hoje, o prefeito Elmo implantou mais duas escolas de tempo integral, e construiu uma creche no bairro Silva Pereira.

E a prefeitura vai lançar nos próximos dias um edital de alimentação escolar orgânica, inovando na alimentação escolar dos seus alunos, trazendo alimentos saudáveis para o nosso povo.

É isso o que o prefeito Elmo tem feito: foram mais de 200 ruas pavimentadas nos últimos 3 anos, deputado; foram mais de 4 mil cirurgias. O prefeito Elmo tem feito um trabalho extraordinário no município de Irecê, e os seus adversários estão assombrados e divulgam muitas *fake news*, temendo a derrota que se aproxima.

E só para o pessoal daqui, desta Casa, tomar conhecimento: nos últimos 4 anos da gestão passada, uma gestão desastrosa que levou o município de Irecê ao buraco... Para vocês terem uma ideia, Irecê tinha um débito de R\$ 21 milhões com o INSS e nos últimos 4 anos da gestão do ex-prefeito Luizinho Sobral esse débito passou para R\$ 90 milhões.

Simplesmente o ex-prefeito recolheu a contribuição previdenciária dos servidores do município e gastou, botou no caixa do município! E não cumpriu a sua obrigação de pagar ao INSS. Com isso, procurou inviabilizar a gestão do município de Irecê!

Vocês imaginam uma dívida de R\$ 21 milhões em 4 anos passar para R\$ 90 milhões?! Foi exatamente isso que a oposição de Irecê fez, porque não tem compromisso com a cidade e nem com o povo de Irecê! E não tem compromisso com aqueles e aquelas que mais precisam.

Queria também aproveitar a oportunidade para saudar e desejar um feliz aniversário ao nosso governador – antecipado, deputada Fabíola –, o melhor governador do Brasil e da Bahia! O nosso governador vai completar anos no próximo dia 18, próximo sábado, e vai celebrar a data com uma Missa em Ação de Graças na Igreja do Bonfim.

Desejamos muita paz e saúde ao nosso governador. Que o Senhor Deus ilumine o seu caminho “governador correria”, porque nós confiamos no seu trabalho e sabemos que o senhor está colocando a Bahia num lugar de destaque no Brasil, de reconhecimento internacional pelo compromisso e pelo o que o senhor tem feito de bom para melhorar a vida do nosso povo.

Quero também informar ao povo da Bahia que hoje encaminhamos ao governador Rui Costa a indicação da pavimentação asfáltica da BA-434 no trecho que liga Uibaí à cidade de Central, além da recuperação da ponte do povoado de Traíras, que interliga os dois municípios. Essa intervenção é mais uma obra que vai garantir melhores condições de trânsito, de mobilidade para o nosso povo.

Queria também saudar o nosso governador, queria saudar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) o secretário Marcus Cavalcanti...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) pelo início das obras.

Foi dada na última...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) sexta-feira a ordem de serviço, deputado, para a recuperação da estrada que liga o município de Irecê à cidade de Barra do Mendes, até o distrito de São Bento. Uma obra sonhada, uma obra desejada pelo nosso povo. E até o dia 20 deste mês as obras serão iniciadas com as máquinas pesadas.

Muito obrigado, governador, muito obrigado, Marcus Cavalcanti.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Estamos aqui para defender os interesses do território de Irecê e da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Alex Lima: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima: Peço para zerar o painel e contar o tempo regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Zerem o painel, por favor e marquem o tempo de 15 minutos.

Srs. Deputados que se encontram nas dependências desta Casa, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão solicitado pelo deputado Prisco.

O Sr. Hilton Coelho: Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Eu quero, num diálogo, aqui, com o nosso vice-presidente, o deputado Alex Lima, primeiro dizer que é muito importante, que acho muito importante a fala sobre a questão aqui, sobre nós tratarmos, realmente, do conteúdo.

O conteúdo, além daquele que já vem sendo evidenciado pelos movimentos sociais, esse conteúdo perverso, nós falamos do tempo de serviço, a elevação de 35 para 40 anos para se ter uma aposentadoria com valor integral. Isso não é qualquer coisa, o servidor ou a servidora precisar de um tempo de contribuição de 40 anos para ter acesso à aposentadoria integral.

A perversidade de se aumentar em 5 anos para os servidores públicos e, com requintes de crueldade, se aumentar em 7 anos para as servidoras. O que já é muito cruel para os servidores, no caso das servidoras públicas ganha um requinte ainda maior de crueldade.

A redução do valor inicial das aposentadorias. O cálculo antes era feito com 80% dos maiores salários, agora se acrescenta 10% dos salários menores para se diminuir o valor inicial das aposentadorias e das pensões.

E por falar nas pensões, também o corte do valor das pensões é, de alguma forma, legitimar o verdadeiro abandono e miserabilização das famílias que venham a perder o seu ente querido, que teria um papel fundamental para a sustentação material das mesmas, além da sustentação subjetiva também.

Mas a aprovação da liminar e, conseqüentemente, a retirada da PEC pelo governo Rui Costa, feita obrigatoriamente pela suspensão imposta pela liminar, também está revelando novos elementos. Por exemplo, deputado Prisco, o problema da corporação da Polícia Militar. Está vindo à tona o problema do Projeto de Lei nº 23.723. Ora, o projeto aumenta em 5 anos o tempo de contribuição, em 5 anos o tempo de serviço para uma categoria que tem os maiores índices de suicídio se a gente pensar no mundo do trabalho.

É muito cruel pensar em trabalhadores envelhecendo e tendo que estar submetido a esse nível de estresse que significa estar no serviço da segurança pública em todo o Brasil, e na Bahia, infelizmente, de maneira mais tensa.

A retirada da remuneração de um posto acima para o valor da aposentadoria também é terrível, e sem qualquer debate com a categoria de uma transição mínima.

Eu fiquei sabendo através do deputado Capitão Alden que, hoje, 15 mil trabalhadores da Polícia Militar estão à espera da possibilidade desse tipo de aposentadoria com algum nível de valorização por uma trajetória que é, todos nós sabemos, massacrante. Esses elementos todos vão sendo revelados.

E quero dizer também ao deputado Alex Lima que eu quero discutir as questões técnicas também, mas o governo está levantando uma muralha nesse debate à medida, como disse aqui, que não revela os dados dos estudos atuariais.

E aí, deputado Adolfo, que preside esta sessão, nós temos que discutir, colocar na centralidade que esse é todo o debate do governo: a sustentabilidade da Previdência.

Dois elementos são importantíssimos. Primeiro, o debate sobre o acesso, a questão da entrada de novos servidores públicos, ou seja, a realização de concurso público. E mais do que isso, ou até menos do que isso, a convocação dos servidores públicos concursados que não é feita por esse governo.

Na área da saúde, há anos que não se convoca nenhum servidor público. O que acontece? A rede de saúde, completamente privatizada, está cheia de servidores precarizados, que não contribuem para a previdência pública. O estudo atuarial é contra esse trajeto.

Quais são as razões pelas quais o governo arrecada menos? Vem arrecadando cada vez menos e isso é indissociável do problema da crescentemente ausência de servidores públicos nos quadros...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Para concluir, Sr. Presidente.

O problema do financiamento precisa ser discutido. Por exemplo, a questão das isenções fiscais, a contrapartida das isenções fiscais.

Então, muito debate precisa ser feito, e os estudos atuariais precisam ser revelados pelo governo do estado. Chega do segredo do imperador!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, falta apenas um deputado para a continuidade da sessão.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

Já há número para a continuidade da sessão.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Soldado Prisco, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, demais deputados membros desta Casa, venho fazer um alerta sobre o projeto da reforma da LOB, o qual o governo, de forma açodada, sem uma discussão ampla com toda a categoria, está encaminhando a esta Casa para votação.

Quero alertar aos Srs. Deputados sobre o prejuízo enorme que esse projeto está trazendo para a nossa categoria. Está se vendendo na Casa que o projeto é benéfico para a nossa categoria porque ela vai alcançar o quadro de oficialato. O quadro de oficialato não é só tenente, é de tenente a coronel.

O que estão fazendo é matar toda a expectativa da categoria de praças, do soldado ao subtenente, que são os mais prejudicados em nossa corporação, de ascender no quadro de oficiais, ao retirar 500 vagas do QOA, que é o quadro de ascensão do praça para o QETA. O próprio nome é pejorativo.

E é um absurdo o próprio governador aceitar. Eu acho que ele não tem noção real do que está sendo votado.

Quem deu a ele essa ideia maravilhosa, geniosa, de pegar 500 vagas daquele quadro, que chegava a tenente-coronel e só poder chegar a tenente, ali morrer, parar, não ir para mais lugar nenhum; num quadro em que está, exatamente, faltando vagas, que é o QOA, ele retirar essas vagas e amarrar, fazer morrerem os policiais ali.

E quem serão os beneficiados? E, aqui, digo para os deputados da Base do Governo, principalmente os deputados que são envolvidos com os movimentos sociais, os beneficiados são os oficiais do alto escalão. As vagas estão sendo tiradas dos praças e sendo promovidos capitão, major, tenente-coronel e coronel.

E essa LOB, que mais uma vez está sendo reformulada nesta Casa por uma falta de entendimento do próprio governo, que está sendo usado pelo alto escalão da corporação, é um absurdo. Ela foi aprovada nesta Casa em 2014 e já está na quarta reformulação, uma colcha de retalhos.

Será que o governo não está percebendo a falha que está cometendo? Se o prazo para votar é até o dia 16 por causa da reforma da Previdência e do posto imediato, faça como a maioria dos governadores fez: baixe um decreto e prorogue o posto imediato

até dezembro de 2021. Chame a categoria e sente-se à mesa para não votar de forma açodada, para não votar da forma que está. Faça como fez, agora, com a PEC. É uma categoria de trabalhadores extremamente importante que está esperando essa ascensão profissional.

Inclusive, esse projeto que o governo encaminhou não tem questões fundamentais.

“Ah, ele diminui o interstício, a gente vai ser promovido.”

É mentira! Mais uma vez o alto escalão da Polícia está mentindo para o governador, está mentindo para os deputados. Não há nenhuma garantia nesse projeto de que os praças serão promovidos, diminuindo o interstício, porque não tem no projeto que foi discutido em 2014, sentados à mesa com o governador, à época, Jaques Wagner, o comandante-geral e cinco secretários.

Durante 6 meses se elaborou uma proposta e lá se colocou o tempo máximo em cada graduação. Assim, o praça tem a garantia de ter uma carreira na corporação. Hoje, ele não tem essa carreira, não tem! E estão exterminando de vez a única possibilidade que tinha com o encaminhamento desse projeto. Esse é um alerta que a gente está fazendo ao governador.

Nós já encaminhamos, inclusive, no dia de hoje um documento ao Líder do Governo, Rosenberg, ao presidente desta Casa e ao governador do estado pedindo que se prorrogue o decreto da reforma da Previdência para garantir o posto imediato.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. SOLDADO PRISCO: Garanto a V. Ex.^a.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Deputado Prisco, hoje, pela manhã, eu recebi os diversos representantes. Inclusive, tive o cuidado de perguntar pela Aspra. E o Ubiraci e a soldado Laís disseram que estava conversando e que, também, é lógico, vocês não estavam lá, mas que estavam conversando com todo mundo.

Mas eu queria fazer uma sugestão, eu queria uma ponderação: presidente, deputado Adolfo, assim que terminar o Grande Expediente com o deputado Prisco, eu queria pedir a V. Ex.^a – porque hoje nós tivemos aqui muitos debates e não tivemos a oportunidade de conversar um pouco com os deputados – que, se pudesse, obviamente que com a concordância do deputado Targino, a gente interrompesse a sessão por até 2 horas para que a gente pudesse fazer as diversas conversas.

Depois voltaríamos, para que a gente desse continuidade à sessão, porque nós temos alguns projetos, tipo o projeto dos diretores, que acrescenta; o projeto dos policiais militares, que o deputado Prisco está falando que tem um prazo para isso; o projeto que institui o piso salarial dos professores do estado da Bahia, mas seria importante que a gente pudesse conversar um pouquinho antes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Rosenberg Pinto: Então, essa é a minha sugestão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^{as} serão atendidos. Então, assim que o deputado Prisco usar do Grande Expediente, a gente suspende a sessão por até 2 horas.

Pois não, deputado Prisco, pode continuar.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Deputado Rosenberg, Líder do Governo, gostaria de chamar a atenção de V. Ex.^a para o assunto, já que V. Ex.^a teve esse requerimento aprovado, para que possamos conversar. A Aspra em momento algum foi consultada. Alaice pertence à APPM e o coronel Ubiracy pertence a outra associação. Nós estamos aqui alertando para um fato grave, em que o governo do estado será prejudicado, a sua base – aquela que trabalha na rua, do soldado ao subtenente que dão a sua vida por esse governo, pela sociedade baiana – vai sofrer com esse projeto. Se alguns vão ter os seus benefícios, a maioria não vai ter.

Então, era importante que se sentasse e se discutisse realmente esse projeto de reforma da LOB que está vindo, para não ser mais uma colcha de retalhos e prejudicar aqueles que, de fato, merecem ser atendidos, que são os policiais militares, os praças, que todos os dias estão sofrendo com as suas demandas. Então, é importante. Há vários assuntos nesse projeto que são danosos. Aliás, essa reforma que está vindo agora para esta Casa nenhum benefício traz para a categoria de praças, do soldado ao subtenente.

Isso eu provo, não só ao Líder do Governo como aos demais deputados, se sentarem à mesa para dialogar. O que queremos é apenas isto: dialogar com o governo, mostrar os danos desse projeto que está vindo, de forma açodada, apressada, em cima da hora, apenas por uma questão da reforma da Previdência do posto imediato, que tem que ser votado até o dia 16. Praticamente 90% dos estados brasileiros, através de decreto, prorrogaram – o governador pode fazer, ele sabe disso – para dezembro de 2021, garantindo, assim, o posto imediato a esses que irão para a reserva agora e terão esse direito garantido. E então senta-se à mesa para ver um projeto real, não o que estão trazendo agora que, tenham a certeza, terá um preço muito caro para o governo, para aqueles que votarem contra, porque a categoria está atenta e acompanhando esse projeto.

Não se pode, mais uma vez, esquecer daqueles que fazem a labuta do dia a dia. Que eles mais uma vez, sejam enganados pela alta cúpula da corporação que, em momento algum, dialogou com a categoria, em momento algum dialogou com aqueles. Se não querem conversar comigo, chamem qualquer representante da Aspra que possa conversar. Nós representamos 15 mil homens da Polícia Militar da Bahia, somos a maior associação. E todos os policiais estão reclamando desse projeto que está nesta Casa de forma açodada e apressada.

Então, quero cobrar a sensibilidade dos deputados da Oposição que sabem, que vieram dessa base. Deputada Fabíola, por exemplo, que tem várias pessoas na sua base – praças, inclusive – que conhecem esse projeto e podem chegar para a senhora e falar. Teve até hoje, já tiveram... Inclusive o advogado esteve na nossa sala e falou que iria lá para falar. Ela está vendo o dano irreparável que esse projeto vai trazer para a nossa categoria. É uma extinção, praticamente, do QOA. Acaba com esse quadro, não tem

mais concurso para essa área. Queremos a garantia de 50% por antiguidade e 50% por merecimento, por mérito intelectual. Toda essa discussão que foi feita desde 2014 para cá, de uma hora para outra, numa canetada desse comandante-geral que aí está, com um grupo pequeno dele, quer acabar com o sonho de toda a categoria.

Então, é importante. Quero deixar o meu recado, sei que o tempo é de 20 minutos, mas quero só deixar esse recado para toda a categoria, para que entendam que estamos fazendo a nossa luta e somos contrários a essa proposta que veio para esta Casa e que vai trazer um malefício terrível para toda a categoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente e todos que estão aqui presentes.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, por acordo, vamos suspender a sessão por até duas horas para que as bancadas, os deputados conversem. Então, por até duas horas está suspensa a presente sessão.

(Sessão suspensa)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Declaro reaberta a sessão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro quero dizer que nós retomamos as atividades. A ideia que discutimos, e todos nós nos reunimos, as Bancadas de Maioria e de Minoria... E nós – falando pela Bancada da Maioria – estamos com alguns pontos para o debate na Casa nesse momento, presidente.

Primeiro que na pauta da convocação extraordinária constam alguns projetos e ontem não debatemos nenhum desses projetos. Até porque houve, deputado Targino, processo de judicialização da PEC e ontem acabamos ficando envolvidos nessa questão.

Hoje, pela manhã, teve mais um projeto de lei que foi encaminhado para cá. Então, foi o projeto dos diretores de escola, o projeto da Polícia Militar, projeto do piso salarial dos professores, projeto da desafetação do terreno do Odorico Tavares e o projeto de lei da Procuradoria Geral do Estado. Esses cinco projetos estão na convocatória extraordinária, porque o projeto de piso salarial veio para anexar. O governo retirou a PEC e deve apresentar outra hoje, para que possamos, obviamente, atender os anseios da categoria e também retirar as querelas jurídicas.

Qual a minha proposição? Que hoje votemos duas urgências, sem entrar no mérito dos projetos de lei. Um deles, o da Polícia Militar... Porque nós precisamos resolver o impasse, que se nós não regularmos a questão do posto avançado... Como é a palavra que se dá, Alden? Do posto imediato. E temos até o dia 16 para fazer isso, ou seja, só temos as sessões de hoje, amanhã e quinta-feira. Nós estaríamos, obviamente,

prejudicando uma categoria, porque não estamos regulando aquilo que a reforma da Previdência nacional permitiu que os estados fizessem.

Como esse projeto, além dessa questão, constrói uma proposta de alteração no quadro da polícia, a ideia... Eu recebi hoje todas as associações. O deputado Prisco também apresentou suas reivindicações e é lógico que não dá tempo, em 2 horas, para que a gente possa votar aqui, neste momento.

Então, a ideia é que votemos a urgência desse projeto e que tenhamos até amanhã, deputada Fabíola, para buscar ajustes que possam atender as expectativas da categoria. Nós votaríamos a urgência, como também votaríamos a urgência do projeto dos diretores de escola. Porque o diretor quando é professor de carreira e vai ser diretor da escola acaba perdendo a regência de classe. Isso traz prejuízo salarial e traz também outro prejuízo, porque impacta na previdência deles.

A ideia também é que possamos votar a urgência e amanhã, numa discussão na Casa, possamos votar os dois projetos. É natural que – conheço o regimento da Casa – votando num regime de urgência, nós precisamos de um prazo maior do que 24 horas. Mas isso é uma sinalização do interesse da Casa em buscar uma solução para esses dois projetos que são importantes para as duas categorias. Apenas há divergências do ponto de vista do que constam os projetos ou, pelo menos, um dos projetos. Então, votaríamos a urgência.

Acho que é esse o encaminhamento que eu queria fazer. O presidente Nelson Leal acaba de chegar também. Obviamente, amanhã votaríamos esses dois projetos – se houver esse entendimento –, ou, caso contrário, vamos ver que caminho tomaríamos. E nós, amanhã, analisaríamos os encaminhamentos com relação à nova PEC cuja entrada, certamente, será dada ainda hoje para ser publicada no Diário Oficial.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, acompanhei atentamente a fala do nobre Líder Rosemberg Pinto e quero dar ciência a V. Ex.^a e à Casa de que a Bancada da Minoria se reuniu e, por unanimidade, decidiu autorizar que se dê conhecimento à Casa de que amanhã poderíamos votar, com dispensa de formalidades, o Projeto de Lei nº 23.686, que é aquele da concessão de gratificação de estímulo às atividades dos professores e dos diretores. Pronto.

Deputado Rosemberg, não votaremos dois. Não houve consenso da bancada a respeito do projeto da Polícia Militar. Os dois representantes da Polícia Militar na bancada foram contra votar esse projeto no formato em que está. Então, acho muito difícil que a bancada seja convencida sem o convencimento do deputado Capitão Alden e do deputado Prisco, mas separamos o que é consenso. É consenso na bancada amanhã... E quero deixar claro que qualquer coisa no presente momento, devido às circunstâncias, só pode ser votada por dispensa de formalidade. Nada. Não adianta votar a urgência, a emergência, não adianta votar nada hoje, porque amanhã só pode votar alguma coisa por dispensa de formalidade. Pronto. Isso é pacífico.

Eu não teria dificuldades... Sr. Presidente, eu não terei dificuldades para defender... (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Para depois o Líder Rosemberg não dizer que não foi falado. Eu vou aguardar. (Pausa)

Então, não há consenso para votar esse projeto amanhã. A não ser que se produzam as modificações pretendidas pela categoria. Pronto.

Ainda existe um atalho, Sr. Presidente, que é o governo, por decreto, prorrogar o posto imediato por 2 anos, e isso é possível, até dezembro de 2021. E o governador retirar o projeto e abrir uma mesa de negociação.

Assim serve, não serve, Capitão Alden? (Palmas)

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: Então, só será...

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: (...) só será votado esse projeto da Polícia Militar...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Quem?

O Sr. Hilton Coelho: Aqui, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: (...) dessa forma.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Assim que o deputado Targino...

O Sr. Targino Machado: Se existe outra forma, o Líder do Governo vai, naturalmente, mostrar e demonstrar qual é, mas não existe. Então, a forma é essa. A forma é essa, presidente. Só votaremos nessas circunstâncias. E...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) agora, se o governo quiser votar a emergência hoje – a urgência e a emergência –, eu estou falando emergência, porque urgência não serve, tem que ser emergência. Se resolver votar hoje fecha a porta da negociação e a gente não vota nada amanhã. Não pode haver meia negociação. A gente se senta, reúne. Quem propôs a suspensão da sessão hoje para tentar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um acordo da bancada fui eu. Aí vem o deputado Rosemberg dizendo que vai votar a urgência hoje. Ele vota a urgência e a gente não vota nada amanhã, está resolvido.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Hilton e depois o deputado Rosemberg, Líder do Governo.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, como é que vamos seguir o tempo regimental? Eu quero aqui orientar. Vai prorrogar a sessão, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mas a sessão ficou suspensa, o tempo suspenso não conta. Não conta o tempo suspenso. Nós estamos iniciando...

O Sr. Targino Machado: Vai prorrogar?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, porque agora nós não temos necessidade de prorrogar a sessão porque o tempo que foi suspenso não conta.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Vai até as 20h.

O Sr. Targino Machado: Não vai seguir o rito normal da sessão?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não... Mas é porque interrompe-se a contagem do prazo.

O Sr. Targino Machado: Não, não vai seguir... V. Ex.^a tem que retomar seguindo o rito natural.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vai. Isso, onde parou, vai continuar, continuar na totalidade.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Eu quero dizer, Sr. Presidente, que, em contato com as lideranças da categoria, infelizmente nós estamos fazendo um conjunto de discussões sobre projetos aqui de maneira extremamente açodada. A gente já sabe quais são as críticas do PSOL em relação a isso. E, de fato, a situação é extremamente grave! Ela tem uma ligação direta com a dignidade de, praticamente, metade da categoria das policiais e dos policiais militares do estado da Bahia.

Eu acho que a posição mais consequente para ter uma resposta de respeito a essa categoria, de fato, é não votar a urgência e nós suspendermos aqui para fazer uma discussão com a categoria, basicamente, principalmente uma intermediação para que saia esse decreto.

Então, eu queria me somar aqui com a posição do deputado Targino no sentido de garantir, tentar encontrar uma saída, agora, no apagar das luzes, para que a categoria não seja dessa forma tão penalizada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, olha bem! Deputado Targino, quando eu entrei aqui na Casa, o deputado Paulo Câmara foi quem me procurou. E essa proposta de votação de urgência foi uma sugestão, inclusive, do deputado a mim. V. Ex.^a estava do lado!

O Sr. Soldado Prisco (fora do microfone): Antes da reunião. Depois da reunião, não.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Não, antes da reunião, eu sei disso.

O Sr. Soldado Prisco (fora do microfone): Antes da reunião!

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Não, foi antes da reunião, é verdade. Mas foi ele quem propôs a mim com boa intenção.

O Sr. Soldado Prisco (fora do microfone): Reunião é coletiva.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Boa intenção! Não estou aqui fazendo nada, não. Qual é o problema? Eu não posso – e nem a Bancada do Governo – assumir a responsabilidade de que nós não tentamos votar um projeto que traz a prorrogação do posto avançado.

O Sr. Soldado Prisco (fora do microfone): O governo pode!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Do posto imediato. Não pode ficar no colo do governo! Então, eu vou colocar, já pedi o requerimento de urgência para esse projeto. Conheço o Regimento. É lógico que amanhã nós não podemos votar, mas quinta-feira tem sessão. Se for o caso, nós vamos...

Parlamentar não identificado: Mas é Lavagem do Bonfim!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não tem problema! Eu só não quero é passar que se os policiais tiverem prejuízo nas suas aposentadorias vai ficar na responsabilidade desses deputados e deputadas aqui. Essa responsabilidade eu não vou deixar cair nos colegas aqui.

Então, eu conheço o Regimento da Casa. E aqui eu estou fazendo isso para preservar os deputados do Governo, certo? Obviamente, gostaria também de preservar... O que eu propus ao deputado Alden, a todos os deputados da Oposição e aos interessados das associações que estiveram conosco hoje pela manhã, é que nós vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

Eu não abri mão das emendas, das propostas que os deputados apresentaram. Tive o cuidado de encaminhar para o governo e eu pessoalmente fui levar ao procurador geral do estado. Agora, em 2 horas nós não temos condições de resolver isso. Eu vou propor um requerimento de urgência. Não quer dizer que nós vamos votar o projeto na sua fase original. Vou buscar a tentativa com o governo, com a Polícia Militar, com as associações, buscar encontrar um consenso nisso. Mas eu não vou deixar – a não ser que a gente não tenha condição – que essa responsabilidade recaia nos deputados da Base do Governo. Por isso nós temos um projeto de urgência para ser votado. Amanhã nós temos o dia inteiro para debater o tema. E amanhã à tarde, quem sabe, Capitão Alden, estaremos aqui com um projeto mais ajustado e a gente possa votar até por acordo! Mas eu não posso perder, regimentalmente, o requerimento de urgência para esse projeto, porque eu posso votar ele na quinta-feira e não prejudicar os oficiais e militares que perderão o posto imediato.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, questão de ordem, Sr. Presidente! Só uma questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu preciso responder primeiro à questão de ordem do deputado.

O Sr. Soldado Prisco: Pronto. Pode responder à questão de ordem dele, depois eu quero uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, nós temos aqui a seguinte tramitação do projeto de lei se nós votarmos hoje a urgência: quarta-feira, o prazo para emendas; quinta-feira, comissões; sexta-feira, nós distribuimos os avulsos; e poderemos votar no caso no sábado ou na segunda-feira.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k., sem problema.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É o prazo que nós temos. Nós temos uma situação em que o prazo se finda, de votarmos o projeto, na quinta-feira, dia 16. Eu queria chamar a atenção dos deputados de que a tentativa de nós chegarmos num acordo é fundamental porque nós temos prazo legal para assim procedermos. E acho que – enquanto entra a Ordem do Dia – nós poderemos continuar essas negociações. Tem tempo ainda e vamos tentar fazer com que continue prevalecendo sempre o bom senso. Nós passamos o ano inteiro de 2019 sempre convergindo, sempre avançando, nós não podemos retroceder.

Vou convidar o deputado Rosemberg Pinto e o deputado Targino Machado – e esse convite é extensivo a todos os deputados, tanto da Maioria quanto da Minoria –, para que a gente suba para a Presidência. E a sessão vai decorrendo com o nosso 1º vice, ou qualquer um deputado aqui da Mesa, ou alguém que queira assumir aqui os trabalhos, enquanto a gente vai conversando, porque eu acho que aqui é a Casa do diálogo e do debate, e vamos tentar construir um acordo que seja positivo aí para a nossa polícia baiana.

Com a palavra o deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, deputado Rosemberg e demais membros, retroceder é uma palavra que o senhor colocou muito bem clara. O governador tinha ciência desse projeto, desse prazo que tinha. Ele pode resolver de forma simples, já foi explicado pelo deputado Targino, já foi oficializado por esse deputado aqui. Encaminhamos ofício ao governo, a V. Ex.^a e ao próprio líder do governo.

O governador pode baixar um decreto, estendendo esse prazo que está na reforma da Previdência federal. Foi assim que 90% dos governadores do Brasil fizeram, inclusive governadores – dentro da situação fiscal do país – que estão em situação 10 vezes pior do que a da Bahia. E foi feito isso. E por que aqui na Bahia o governador simplesmente não pode atender um pleito da categoria que vem há tanto tempo sofrendo e esperando essa negociação? Ele joga, baixa um decreto amanhã, sem problema nenhum, prorroga, como a lei federal determina, entendeu? Sentaremos à mesa e discutiremos o projeto. Não tem dificuldade nenhuma.

Então assim: querer jogar a responsabilidade para outra pessoa a não ser o governador do estado, não. A responsabilidade é dele, ele tinha conhecimento do prazo e pode fazer esse gesto em nome daqueles que fazem a segurança de todos vocês, que lutam pela vida de todos vocês, arriscando a própria vida. Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu quero falar ao encontro das palavras de V. Ex.^a, que deixou aqui uma sinalização clara para que as bancadas, através dos

seus líderes, continuem tendo juízo. Juízo, aliás, que foi exercitado na plenitude durante todo o ano de 2019. Só votamos, Sr. Presidente, só votamos o que votamos, na quantidade que votamos, só produzimos o que conseguimos produzir, batendo recorde de produção nesta Casa, devido a termos tido a sabedoria de destravar as relações políticas e pessoais nesta Casa. E gostaria muito de poder caminhar, continuar caminhando nesse sentido.

Por isso é que eu deixo dois apelos: deputado líder Rosemberg, não é com esse gesto de superioridade numérica para aprovar urgência na Casa que V. Ex.^a vai conseguir prosperar com os desejos e as necessidades de V. Ex.^a. Nós só conseguiremos aprovar tudo que está aqui elencado nesta prorrogação se houver, se exercitarmos o diálogo. E eu já apelei para V. Ex.^a e apresentei, como aliás apresentei por diversas vezes aqui, o mapa da mina. E o mapa da mina para podermos votar este projeto da polícia militar amanhã, seria o governador fazer... O mapa da mina para aprovarmos esse projeto amanhã seria, primeiro: o governo promover as modificações. Embora eu, pessoalmente, ache que a segunda opção é uma opção mais fácil, deputado Alden, deputado Prisco, senhores militares que aqui se encontram. É o governador, por decreto, prorrogar o posto imediato por 2 anos, até dezembro de 2021. Isso é possível, até porque já foi feito em diversos estados da Federação. O repto que deixo, o desafio que deixo e a sinalização de boa vontade para com V. Ex.^a é de que o governador baixe o decreto hoje ou amanhã, prorrogando o posto imediato por 2 anos, e abra, em seguida, a mesa de negociação com a Polícia Militar. Isso feito, deputado Rosemberg, sem urgência nem emergência, votaremos aqui amanhã, já que o projeto da Polícia vai ser afastado da pauta. Nós votaremos o projeto dos diretores, que concede a gratificação de estímulos aos professores. E ainda não terei dificuldade de sentar amanhã, à tarde, com a bancada e defender a aprovação de um outro projeto.

Agora, mais boa vontade do que isso não é possível. Agora, se V. Ex.^a insistir em aprovar aqui hoje urgência, fecha a porta.

O Sr. Capitão Alden: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem do Capitão Alden.

O Sr. Capitão Alden: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, eu preciso deixar muito clara a repercussão dos fatos que estão ocorrendo neste momento. Se o governador, por decreto, não prorrogar esse decreto até o dia 16, isso por força de lei federal, são mais de 15 mil policiais militares que deixarão de ter o direito a esses benefícios. O governo quer jogar a culpa inclusive no governo Bolsonaro, alegando que a culpa é dele, que não foi o governador do estado que criou esse problema. Só que desde 2014 todas as associações aqui representadas hoje vêm alertando o governador do estado, apresentando a minuta, apresentando propostas. Vários grupos de trabalho foram criados na tentativa de se pensar numa solução e não chegar a esse dia fatídico que estamos aqui hoje.

Então nós reiteramos aqui: há seis meses foi montado um grupo de trabalho, apresentamos todos os trabalhos, todas as propostas, todas as análises técnicas, e, ainda assim, não houve atendimento a nenhum dos pleitos. Então não há outra opção: ou o

governador, por decreto, prorroga esses 2 anos e senta, de maneira clara e objetiva, com prazos, dando à categoria não um cheque em branco, mas a certeza de que, de fato, a maior parte das emendas que foram apresentadas, que não geram impacto financeiro... Nós apresentamos todas as estimativas, todos os estudos técnicos provando e comprovando que nenhuma dessas solicitações gerarão impacto financeiro, muito pelo contrário.

Agora, o governo quer se utilizar da maioria, como bem disse aqui o nosso líder, e atropelar, simplesmente porque tem a maioria. Aprove a urgência! O projeto do jeito que está sendo aprovado, vai matar um quadro. Como bem disse o tenente-coronel Ubiraci: “Estão querendo que eu entregue um filho em detrimento de outro. Que eu mate um filho para salvar outro”.

Ou seja, o governador, com a proposta que foi feita, ele cria um quadro, supostamente retirando vagas de outros. Vagas de outros. Vagas essas que estão, inclusive, há mais de 20 anos sem progressão na carreira.

Então, esse projeto não garante... O governador teve a humildade, vamos dizer assim, de ir ao Comando Geral conversar com as praças e oficiais, garantindo fluidez na carreira, garantindo valorização policial. E o que é que ele faz? Compõe uma comissão para apresentar um estudo técnico, estudo técnico esse que mata uma categoria, que impede a ela a garantia de um futuro certo.

Então, realmente, Sr. Presidente, eu reforço aqui as palavras do nobre colega Prisco, do nosso líder maior, Targino. E se não for dessa forma, nós não teremos nenhum tipo de avanço no dia de hoje. (Palmas)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg Pinto, pela ordem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, a minha sugestão é que abrissem, obviamente, retomassem as atividades e vamos tentar, obviamente, conversar.

Eu quero dizer, primeiro, tanto ao deputado Targino quanto a Prisco, que não é do meu feitio aqui – nunca foi – passar o rolo compressor em ninguém. Não é do meu feitio. Isso é um discurso que vocês estão fazendo para a sua base social. Não é do meio feitio. E todos esses aqui estiveram comigo e sabem como os trato. Todos os dias, recebi todos na minha sala. E a maioria dos que questionam aqui nunca me procurou.

Então, o que eu estou querendo dizer, é que não pode ficar no colo dos deputados da Base do Governo a sinalização de que a gente não quer votar o projeto que prorroga o posto imediato. É isso que quero deixar aqui.

Terei toda a boa vontade de sentar – fiz isso aqui durante todo o ano de 2019 – e buscar o entendimento. Agora, se não votar o projeto e não se fizer esse ponto que prejudicará os militares, não será por responsabilidade nossa. E quando estou falando em votar aqui urgência, deputado Alden, não estamos votando aqui o conteúdo do projeto. Eu estou sinalizando de que isso é urgente para os militares, é urgente para os militares.

Se V. Ex.^a, como militar, acha que não tem nenhuma importância esse posto imediato, paciência. Mas não é o que a maioria das pessoas vem me procurar, porque os militares têm uma aposentadoria diferenciada. Quando ele está em um tipo de graduação, quando ele se aposenta, ele vai para outra, vai para um posto superior. É a única categoria.

Bolsonaro mandou tirar isso. Quem tirou foi Bolsonaro. O governador aqui está querendo manter. Se V. Ex.^{as} acham que Bolsonaro é quem tem razão e que devem ficar sem esse... não tem problema, não vota. Agora, não somos nós quem vamos, no futuro, assumir a responsabilidade de que os militares perderam isso porque nós nem sinalizamos.

Quando eu falei da sinalização, presidente, da urgência, foi pra dizer que tem urgência; porque, se amanhã não tem acordo, se na outra semana não tem acordo, nós vamos votar quando? Eu preciso sinalizar isso, é lógico, e eu não estou dizendo, aqui, em momento algum, e assumi o compromisso com as associações, deputado Prisco, além do mais tenho aqui testemunha, perguntei pela sua associação se não estava participando. O coronel Ubiraci disse que estava representando a sua associação. Então, para mostrar que eu quero dialogar com todos, não escolhi ninguém para dialogar, com todas as associações.

Agora, o que nós não podemos, e eu quero que o senhor entenda, é que a responsabilidade não pode ficar numa parte porque o discurso é muito fácil, mas quem vai estar na responsabilidade de governar a Bahia é o governador Rui Costa, que tem um contingente de 32 mil policiais, que têm cobrado essas alterações. É lógico que pode ter equívocos na proposta, não estou dizendo que a proposta possa não ter, não estou dizendo isso, estou discutindo isso com as pessoas. Agora, o por que é que eu quero fazer isso? Eu preciso apresentar, e já apresentei, mas vou, deputado Nelson Leal, atender, vamos marcar, vamos subir, conversar. Se nós não conseguirmos chegar a um entendimento, aí eu terei que tomar alguma medida, porque não pode ficar sob a responsabilidade dos deputados da Base do Governo o prejuízo para os policiais do estado da Bahia.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, queria aqui fazer uma leitura do que está acontecendo sobre esse projeto. O deputado Rosemberg, ele cita aqui, como é do conhecimento de todos, também está chamando muito a atenção sobre o prazo da votação desse projeto.

Primeiro, tem que ficar claro para esta Casa qual é a data da votação desse projeto para que tenha o entendimento de que o que menos esta Casa quer fazer é prejudicar qualquer categoria, qualquer cidadão baiano. O que nós precisamos é melhorar essa proposta, mas, independente de melhora da proposta, eu preciso saber, ter certeza qual o prazo que nós temos – então é quinta-feira, agora no dia da Lavagem do Bonfim. Pronto, é o último dia para votar. Então, isso tem que ficar claro para esta Casa, que

nós precisamos chegar a um entendimento para que, da melhor forma possível, a gente possa colaborar, ajudar a categoria, Capitão Alden.

Então, acho válido, sim, que a gente sente. Eu acho difícil, nesta Casa, se a gente estiver quinta-feira, aqui, que a gente consiga botar a quantidade de deputados necessária para o quórum. Então, eu acho que a gente pode adiantar para que ninguém seja penalizado de forma alguma.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a foi muito ponderado e equilibrado nas palavras, deputado. Eu concordo com V. Ex.^a e vou fazer o possível para que a gente consiga construir uma solução para que a gente possa resolver algo que é extremamente importante e que tem prazo – e o prazo está se findando.

Eu acredito que mesmo que venha a ser colocada uma votação na quinta-feira, dia 16, mesmo sendo a Lavagem do Bonfim, eu acho que os deputados vão ter que fazer um esforço grande, principalmente quem tem base aqui em Salvador, vai e retorna, a gente pode convocar uma sessão extraordinária para a tarde, mas nós teremos que, sim, votar esse projeto até o dia 16.

Então, pela ordem o deputado Targino. Assim que o deputado Targino terminar a questão de ordem, eu vou voltar à sessão para que a gente possa continuar encaminhando o decorrer da nossa convocação e chamar os deputados que queiram debater o assunto para subirmos ali à Presidência.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Minha sugestão é que seja um Líder e dois vice-Líderes para a gente não esvaziar aqui.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu pessoalmente acho que já verbalizei tudo o que tinha para falar aqui no Plenário e vou acompanhar V. Ex.^a, em atenção, em respeito, mas não terei mais nada de novo para colocar. E não será com esse discurso do deputado Rosemberg – “Porque foi Bolsonaro que tirou, que retirou, que fez, que aconteceu...” –, eu não sou bolsonarista, não estou aqui para defender Bolsonaro e não sou eu que tem a capacidade de ter discurso para qualquer lado e qualquer conveniência.

O deputado Rosemberg sabe que a maioria da Bancada dele passou aqui o tempo todo, inclusive no mandato pretérito, condenando a Reforma da Previdência. Alguns, como meu amigo deputado Robinson Almeida, distribuiu outdoor na Bahia inteira. No *Facebook* trabalharam condenando a Reforma da Previdência. E eu, por várias vezes, avisei, ali daquela tribuna, que queria ver como ficaria a cara dos Srs. Deputados quando viesse para cá a Reforma que o governador mandaria. Até porque a Reforma de Rui começou antes da Reforma de Bolsonaro, aprovando os 14% de desconto da Previdência para os funcionários.

Então, vamos baixar a bola todo mundo, vamos descer do salto, entender que precisamos é produzir efeito, entender que a humildade sempre é o melhor remédio. Coloquei-me aqui de forma humilde, como aliás a Bancada de Oposição tem feito, procurando resolver os problemas da Bahia e dos baianos. Na maioria das vezes até abrindo mão de tempos regimentais, abrindo mão de obstrução para procurar resolver o problema.

O problema só tem dois caminhos, a não ser que V. Ex.^a possa me indicar o terceiro para resolver o problema do Projeto nº 23.723 dos militares só tem dois caminhos e os dois caminhos estão na mão de S. Ex.^a, o governador. Não está na mão de ninguém. Não está na mão de Bolsonaro. Não é Bolsonaro que vai poder modificar o Projeto nº 23.723 e não é Bolsonaro que pode baixar um decreto prorrogando o posto imediato na Bahia.

Então, se uma dessas duas alternativas for feita, atendendo o que querem os policiais, atendendo o que querem os representantes da Polícia Militar na nossa Bancada, o deputado Soldado Prisco e o deputado Capitão Alden, nós votaremos... Olha, se o governador baixar o decreto daqui a meia hora, daqui a 31 minutos a gente vota. Não tem problema nenhuma.

Agora...

(O Sr. Deputado Rosemberg Lula Pinto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Targino Machado: Aí V. Ex.^a discute com o deputado Hilton. Eu não vou entrar na briga, comprar a briga de V. Ex.^a com o deputado Hilton, porque eu pessoalmente acho que todo mundo aqui tem razão, V. Ex.^a defendendo os seus direitos, o deputado Hilton defendendo os dele e eu os meus, não é?

Agora V. Ex.^a já entendeu que para a gente sentar para conversar, deputado Rosemberg, que não há como a urgência de V. Ex.^a produzir efeito. V. Ex.^a não entendeu ainda que V. Ex.^a só pode pedir, requerer, um projeto. V. Ex.^a falou em dois aqui.

(O Sr. Deputado Rosemberg Lula Pinto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a falou em dois. V. Ex.^a não está acertando fazer conta. Então V. Ex.^a só pode, no dia de hoje, pedir um. E, se V. Ex.^a pedir esse um, vai fechar a porta...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E aí a chancela é de V. Ex.^a, a responsabilidade é de V. Ex.^a. Se V. Ex.^a pedir... Não adianta a gente subir para conversar se ele não retirar esse desejo, essa vontade de enfiar goela abaixo aqui hoje o pedido de urgência, a votação do requerimento de urgência.

O Sr. Capitão Alden: Sr. Presidente, só uma colocação, uma questão de ordem, coisa rápida.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não.

O Sr. Capitão Alden: Sr. Deputado Rosemberg, V. Ex.^a disse que não poderia jogar nas costas dos deputados estaduais da base do governo a conta do prejuízo, do possível prejuízo aos militares estaduais PM e BM. Só que tem um detalhe: da forma como está sendo colocado o projeto, ou eu estou tendo que escolher tomar um tiro de ponto 40...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nós não estamos discutindo o projeto.

O Sr. Capitão Alden: Por gentileza. Ou tomar um tiro de ponto 40, ou tomar um tiro de 380. Daí o senhor está dizendo o seguinte: “Ou o senhor aceita a prorrogação por mais 2 anos, direito legítimo da categoria, mas eu vou matar, em contrapartida, o senhor aceita os 2 anos de prorrogação, mas, ao mesmo tempo, ao aceitar os anos de prorrogação eu estou matando um quadro, eu estou reduzindo pela metade um quadro que não vai permitir aquilo que o governador foi lá no Comando-Geral prometer: valorização e fluxo de carreira”. Se eu pego um quadro com mil vagas para oficial e reduzo à metade, como é que eu vou garantir fluxo de carreira? Então o que o senhor está oferecendo – o governo está oferecendo: não é o senhor – é a possibilidade de eu eu prorrogo por mais 2 anos o direito do posto imediato da categoria, ganhando como tabela a redução em mais da metade das vagas que hoje existem, que garantiriam o fluxo de carreira. Que projeto é esse? Então, reforço, aí, o pedido nosso do decreto do governador. Esse projeto aí, como está, a gente não aceita.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deixe eu...

O Sr. Soldado Prisco: Sei que já vai encerrar e pedir o acordo. Só rapidinho, presidente.

A gente viu, aqui, a pressão dos movimentos populares, dos movimentos sindicais, justa. E o governo, mesmo tendo a liminar, justa também, do deputado Hilton, retirou e negociou. E por que, com a categoria policial militar, o governo não quer negociar? Quer impor uma situação de que a culpa não é dos policiais. O governo tem que retirar o decreto, sentar à mesa e negociar com a categoria. Porque na força, como Rosenberg quer, não tem condições. A culpa não é da categoria. Desde 2014 que esse projeto está com o governo. Ele sabe. Se alguém sentou com o governo em nome da categoria, a categoria está aqui dizendo que não aceita esse projeto. Esse projeto não acaba a metade de um quadro, não: acaba a carreira do praça, aquele que está na rua lutando, de ascender ao quadro oficial. Agora, o comandante geral da PM, com toda a sua alta cúpula, quer impor em cima da categoria as regras que ele quer.

E aí os deputados têm que entender que é a base que trabalha para eles na rua, e não o comandante geral da PM. É isso que a gente tem que colocar. E o governo quer impor isso para a categoria.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputados, vamos subir. E, deputado Alex, V. Ex.^a pode assumir, aqui, a condução dos trabalhos?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

Como orienta a bancada, deputado Hilton?

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PP para falar ou indicar...

Vou registrar aqui, deputado Hilton, não há orador, porque V. Ex.^a vai participar da audiência.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PP para falar ou indicar pelo tempo de 12 minutos.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PP para falar ou indicar pelo tempo de 12 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB-PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB-PSC para falar ou indicar orador.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do...

(O Sr. Deputado Alan Sanches se manifesta fora do microfone.)

É que eu perguntei 4 vezes, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Deputado, V. Ex.^a sabe que a gente vai estar aqui praticamente cumprindo uma tabela. Não precisa V. Ex.^a, com toda sua inteligência e sapiência, aligeirar esse processo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Não, chamei cinco vezes, deputado, talvez V. Ex.^a estivesse desatento, mas eu chamei cinco vezes.

O Sr. Alan Sanches: Não, porque eu não sou o Líder, é Targino, estou representando o partido aqui.

(Alguns Srs. Deputados se manifestam fora do microfone.)

Só 1 minuto.

Não há orador inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 12 minutos falará essa bela deputada Fabíola Mansur, do partido de V. Ex.^a, PSB.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra à deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 12 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Nobres deputados, deputadas, Sr. Presidente, representantes dos policiais militares, bombeiros militares que integram essas Galerias, membros da imprensa que efetivamente vêm a esta Casa, que está densamente votando, dialogando com os servidores, freneticamente até, eu diria, em

função da convocação extraordinária do governador, que teve o objetivo, deputada Neusa Cadore, da apreciação não só da PEC, que é um projeto de emenda constitucional, como também de outros projetos de lei que afetam categorias – e alguns desses projetos afetam a categoria de forma positiva, como é o caso, deputada Neusa, do projeto de lei que altera o estatuto do magistério, quando permite a acumulação de duas gratificações: uma, regência de classe; a outra, de cargo de diretor.

Isso, hoje, depois de discutido durante um tempo com a APLB-Sindicato, com o fórum de diretores, que é um colegiado que tem na coordenação o professor Ricardo, estaria pronto para a votação desde que solicitado, deputado Robinho, e aprovado o requerimento de urgência para este projeto. É bom que se diga o que se está debatendo.

O primeiro Projeto de Lei, o nº 23.686/2019, altera o estatuto do magistério dispondo que para efeito de um determinado artigo será concedida a gratificação de estímulo às atividades de classe ao professor investido em cargo de diretor ou vice-diretor, no seu parágrafo único permitindo a acumulação da gratificação de estímulo às atividades de classe e a gratificação por condições especiais de trabalho, revogando o outro artigo que impedia essa acumulação.

Esse projeto, que foi encaminhado junto com a convocação extraordinária, deputado Robinho, e que é positivo para o magistério, e que foi confirmado também hoje, deputado Marcelino, com um debate onde estava presente o deputado Jacó, um debate feito a fim de ratificar o projeto, ele estaria pronto para ser apreciado e, se votado o regime de urgência aqui, com o acordo dos líderes, se poderia votar.

O outro projeto em questão é o Projeto nº 23.723/2020, que está em debate. É um projeto devido ao qual estivemos com o governador e que, como o governador sinalizou, foi amplamente debatido com algumas associações. Mas hoje pela manhã o Líder do Governo recebeu alguns representantes, entre os quais a Força Invicta, a APPM e a OPMBM, que sinalizaram que havia algumas questões a serem melhoradas e havia algumas preocupações. Prontamente, o Líder Rosemberg acolheu essas preocupações e solicitou que fosse encaminhada uma proposta de modificação, que foi entregue, deputada Olívia, na Liderança, assinada pelas três entidades.

Ocorre que, paralelo a isso, esse projeto também tem, em seu artigo 7º, e é uma preocupação dos deputados da base, exatamente assegurar aos militares do estado da Bahia o posto imediato, isto é, se somos um tenente-coronel, perto de aposentar, até a lei de Bolsonaro, nós poderíamos nos aposentar com soldo de coronel, e, ao ser cancelado, isso prejudicaria uma série de policiais, e, no artigo 7º desse mesmo projeto, o governador garante, através de lei, esse posto imediato.

Portanto, esta é a nossa preocupação: de, num prazo legal, deputado Robinho...

O Sr. Robinho: Deputada, posso participar do seu pronunciamento?

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: Pode. Só continuando, por 1 minuto. No prazo legal, a preocupação do governador, a preocupação dos deputados da base é conseguir a tramitação desse projeto, que para nós foi elencado, que era um projeto que havia sido debatido, a garantia de promoção daqueles policiais próximos de se aposentar num posto imediato. Então, veja que é um dilema.

Nós, então, estamos também solidários aos pleitos que aqui foram colocados e preocupações com vagas que foram tiradas de uma determinada carreira, que é o QOA, e colocadas no QETA, que é a preocupação local.

Então, eu quero aqui dizer que o presidente Nelson Leal, ao propor um diálogo, ao propor que os líderes se encontrem, todos nós, esta Casa, estamos tentando votar um projeto, porque a gente reconhece que é um projeto bom. Se está tendo dúvidas, nós estamos sentando para dialogar. Mas é bom que se lembre, deputado Robinho, que a urgência que a gente está querendo aqui é exatamente por causa desse artigo 7º, para garantir aos policiais a aposentadoria com o soldo do posto imediato.

Com o aparte, o deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Eu quero aproveitar a oportunidade, minha colega, para dizer que o que nós estamos fazendo aqui não é de agrado ou satisfazendo nem tampouco a Minoria, nem tampouco a Base do Governo. Quem mais tem interesse em que o trabalhador seja beneficiado, que o trabalhador tenha mais direito, quem tem mais interesse nisso, eu não tenho dúvida, é o governador Rui Costa, que são os deputados do PT ou os deputados da base do governador.

Só que chegamos a um ponto. E esta discussão de reforma, ela já vem acontecendo no Brasil há mais de 2 anos. O presidente anterior tentou fazer uma reforma. O atual presidente ficou 1 ano em debate. E nós, população brasileira, nós, deputados, que estamos deputados, entendemos e estamos vivenciando o que é de extrema necessidade. Não estamos fazendo algo que vem prejudicar alguém, que vai prejudicar. A reforma, ela não é para trazer benefícios. Na realidade, a reforma, ela vai prejudicar a todos.

Agora, o que nós estamos discutindo, o que o governador está tentando fazer é que tenha um prejuízo menor. O governador está preocupado para que tenha um prejuízo menor.

Mas não tem como ter uma reforma que não tenha prejuízo para alguém. Todo mundo vai perder. Nós estamos querendo que esta perda seja mínima possível. O objetivo nosso é esse. Nós não estamos fazendo algo com satisfação e com alegria não, porque, na realidade, todos os servidores públicos estão perdendo um pouco.

Obrigado por ter participado, colega.

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: Eu agradeço, deputado Robinho. Incorporo as suas palavras em relação à própria PEC.

Também, falando já da PEC, esta é, efetivamente, o projeto da reforma da Previdência dos servidores estaduais e não tem conexão com o projeto dos policiais militares do estado da Bahia, já que tem uma tramitação especial para adequá-la ao projeto do Bolsonaro.

Vejam que estamos falando de um projeto que é o dos diretores e vice-diretores que altera o Estatuto do Magistério, permitindo acumular gratificações. Estamos falando deste projeto em questão, cujos líderes estão dialogando para ver se conseguimos melhorar a sua redação, mas com a preocupação de cumprir o prazo que

garanta a promoção no posto imediato dos policiais que estão para se aposentar, deputado Jacó.

Estamos, também, aguardando a nova PEC.

A PEC, esta, sim, será publicada hoje à noite. PEC essa que vem os números 157, 158 e, agora, 159. Esta peça vem de um diálogo, de um debate de deputados da base com categorias, com movimentos sindicais, com o governador, com as secretarias.

O debate já produziu efeitos benéficos acolhendo alguns desses justos pleitos e demonstrando a nossa solidariedade, o nosso compromisso a votar algo que é um remédio amargo, porém, com o compromisso de ouvir os pleitos, as centrais sindicais, os sindicatos, os deputados, o governador, também, flexibilizar algumas dessas regras tornando um remédio menos amargo.

Eu já disse isso aqui. A PEC n.º 159 virá hoje, será publicada amanhã no Diário Oficial, e, aí, seguirá para a votação da sua prioridade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Porém, hoje, o que estamos fazendo é debatendo os outros projetos.

Sr. Presidente, eu queria, então, saudar o diálogo, saudar a importância de deputados debatendo com o povo. Isso é que é importante. Saúdo, também, os acordos que serão e poderão ser feitos entre os líderes.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Quero aproveitar para saudar a Defensoria, porque é um pleito nosso a unidade da Defensoria Pública no município de Cachoeira. Cachoeira foi elevada à 2ª Entrância da Justiça e vai ter uma Defensoria, uma instituição que nós defendemos, que garante assessoria gratuita para o povo que mais precisa, deputada Olívia. O fato de a Defensoria estar mais próxima das pessoas garante, também, acesso à inclusão.

Eu já havia defendido, deputado Jacó, a nossa unidade da Defensoria, lá, em Irecê e já a inauguramos, graças a Deus. Agora, nós temos a satisfação de ver. Quero parabenizar o Defensor Público Geral, Rafson, por essa iniciativa. A Defensoria vem expandindo as suas atividades, capilarizando as suas ações para o interior do estado. Isso é extremamente importante. Isso assegura justiça à população mais vulnerável.

E a gente tem de saudar essa notícia, pois ela é de extrema importância. Saúdo os movimentos municipais, a Câmara de Vereadores que, junto conosco, com o nosso mandato, sempre, defendeu a ida da Defensoria. De forma que este é um pleito da população que a Defensoria ora atende.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela tolerância com o nosso tempo.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/Republicanos/MDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PL/Avante/Podemos/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo: Sr. Presidente, falará, por até 5 minutos, a deputada Neusa Cadore, que será sucedida pelo deputado Jacó pelo restante do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a deputada Neusa Cadore.

A Sr.^a NEUSA LULA CADORE: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, cumprimento todos os participantes das Galerias que estão acompanhando o debate desta Casa, os funcionários da Casa, os servidores.

Hoje, foram discutidos temas muito importantes relacionados aos projetos de lei que motivaram esta convocação extraordinária. Porém, quero, também, trazer a esta Casa um destaque apresentado, nesta segunda-feira, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, através da palavra do secretário Mauricio Barbosa.

É uma notícia ruim para nós mulheres. Quero, aqui, lamentar que, no ano de 2019, houve o aumento do número de feminicídios. Na Bahia, deputada Olívia Santana, nós tivemos 101 feminicídios. Isso significa um crescimento de 32% em relação ao que ocorreu no ano passado.

Quero, também, lembrar que nós temos uma experiência muito exitosa, coordenada por major Denice, que é a Ronda Maria da Penha. A Ronda Maria da Penha foi implantada na Bahia em 2015. É um projeto premiado, um projeto que já está implantado em 14 municípios, a exemplo de Salvador, Feira de Santana, Juazeiro, Paulo Afonso, Campo Formoso, Vitória da Conquista, Lauro de Freitas, Jacobina, Itabuna, Senhor do Bonfim, Itaparica, Guanambi e Barreiras. Como vêem, esses são municípios grandes que, certamente, têm índices maiores de violência.

Queria, também, falar da importância da Ronda Maria da Penha. Acompanho o município de Jacobina, onde a Comissão dos Direitos da Mulher, no ano passado, fez uma sessão especial itinerante. A deputada Olívia Santana estava conosco. À época, nos foi apresentado o trabalho dessa importante iniciativa do nosso governo. Em pouco mais de 1 ano, Jacobina já tinha 70 mulheres com medidas protetivas. A boa notícia é que, nos últimos 2 anos, não ocorreu nenhum feminicídio naquele município.

No total, esse programa, em 5 anos, já realizou 24 mil rondas, já realizou 10.482 fiscalizações protetivas, porque a ronda, que vai à casa onde a mulher, foi inserida no programa. E isso garante, com certeza, que a violência seja coibida. A ronda, também, já realizou 76 prisões.

Eu coloco esse exemplo. Mas olho, com muita preocupação, os dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública do nosso estado. A Bahia é um dos estados que, infelizmente, se destaca nesse quesito. Esse não é um problema, apenas, da Segurança

Pública. A violência contra a mulher é um problema da nossa sociedade, é um problema que tem de ser encarado pelos governos com políticas públicas de empoderamento econômico, com equipamentos que garantam o ambiente propício para que as denúncias possam ser feitas e a mulher se sinta, realmente, protegida.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por isso, a gente precisa de mais DEAMs, precisa de maior número de Casa Abrigo, precisa de um maior volume de municípios que possam ter o programa da Ronda Maria da Penha, um dos programas mais importantes de enfrentamento dessa chaga social. A gente sabe também que já está anunciada a implantação da Ronda Maria da Penha nas cidades de Irecê, Entre Rios e Cruz das Almas.

Mas, certamente, a nossa Bancada Feminina e esta Casa se somarão ao esforço de vários grupos e entenderão, cada vez mais, o desafio que a sociedade tem hoje de combater a violência contra a mulher e combater o feminicídio, pois causam tanta dor e tanto prejuízo para a nossa sociedade.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao deputado Jacó pelo tempo restante.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados, pessoal da tribuna da imprensa, aqui, quero partilhar a minha alegria com vocês. Estive no município de São Gabriel, acompanhado do presidente do meu partido, companheiro Mateus; da minha liderança importante, companheiro da cultura, que milita na cultura, o companheiro Vandrê; e também do nosso pré-candidato a prefeito, companheiro Normando, onde nós discutimos a conjuntura política do estado e do Brasil. Discutimos a dificuldade que o Brasil enfrenta, esse clima de intolerância, esse clima de negação dos direitos e de perseguição à educação e à cultura.

Mas, também, dialogamos sobre a realidade do município de São Gabriel, um município grande, um município de um povo trabalhador, um povo ordeiro. Existe um ambiente naquele município onde a população não suporta mais o modelo adotado pela atual gestão e pelas gestões anteriores.

São Gabriel respira novos ares. Isso é capitaneado pelo companheiro Normando, uma liderança importante daquele município, um homem de bem, um homem que tem todas as condições políticas de fazer um excelente trabalho naquele município, voltando São Gabriel a recuperar a sua importância histórica, a sua importância na região de Irecê, no território de Irecê, tendo em vista o fato de que aquele é um município diferenciado.

Então, eu queria mandar um abraço para o povo de São Gabriel, mas, em especial, para o meu pré-candidato a prefeito daquela terra, o companheiro Normando, que é um companheiro de luta e um companheiro que, com certeza, ainda vai fazer muito pelo povo daquela terra.

Mas eu queria, também, aqui, parabenizar o trabalho da Segurança Pública no nosso estado, parabenizar o secretário Maurício Barbosa, mas também o nosso governador “Correria” pelos investimentos que têm feito na área da segurança pública.

Só para a sociedade tomar conhecimento, na Bahia, a Secretaria de Segurança Pública adotou as câmeras de reconhecimento facial. São câmeras instaladas nos espaços públicos, onde ela tem o cadastro, tem banco de dados de todas as pessoas que têm pendências com a Justiça. Esse tipo de sistema, melhor, essas câmeras, esparramadas na capital e no interior, no ano passado, foram responsáveis por botar na prisão novamente 110 elementos. Então, é uma ação importante. Eu queria parabenizar o nosso secretário Maurício Barbosa.

Mas eu queria, também, chamar a atenção para a diminuição do número de mortes delituosas em nosso estado, que diminuiu 11,4% na capital; 9,7% no interior; e 4,5% na Região Metropolitana. Isso são dados expressivos. Isso mostra que o trabalho da Segurança Pública, liderado pelo Dr. Maurício Barbosa, surte efeito e mostra que o governador Rui Costa é um homem de compromisso e que tem, na sua luta, o desejo de melhorar a vida das pessoas e reduzir a violência no nosso estado.

Mas nós e sociedade civil temos de refletir sobre o que aconteceu com a Bahia e com o Brasil, deputado Zé Raimundo. O que foi que aconteceu? Por que este clima de violência e de intolerância? Por que este clima de incentivo às armas? O que está acontecendo com o nosso país?

As nossas mulheres estão sendo assassinadas em nosso país sem pena, sem dó e sem nem piedade. Isso, nós não podemos aceitar. Isso é um índice assustador. Precisamos avançar com a lei, com a Ronda Maria da Penha.

Mas nós precisamos também de reflexão. A sociedade baiana precisa refletir sobre o que está acontecendo e por que as nossas mulheres estão sendo assassinadas dia após dia. Os homens se acham no direito de ter as mulheres como suas propriedades. As mulheres perderam o seu direito de ir e vir. As mulheres estão perdendo o direito de ter as suas próprias escolhas.

Que sociedade é esta que nós queremos construir? É a mulher submissa, dona de casa para cama e mesa e para obedecer ao marido machista e violento? É esse o modelo que nós queremos implantar? É esse o modelo de família que se prega neste país. Este é um debate que nós precisamos fazer, porque nós não podemos aceitar que as nossas mulheres sejam mortas de forma tão cruel como tem acontecido em nosso País.

Eu quero relatar o caso ocorrido em Lapão recentemente, quando uma jovem de 27 anos teve encomendada a sua morte, porque ela não topou fazer um aborto. Ela teve um romance com um médico casado. O que foi que aconteceu? O médico deu R\$ 1.500,00. Os bandidos mataram aquela jovem, mas, acima de tudo, com requintes de crueldade, tocaram fogo nela viva e enterraram ela viva no lixão.

Esse tipo de atrocidade, nós não podemos permitir. As sociedades baiana e brasileira precisam reconhecer o que está acontecendo. Nós precisamos de muita reflexão.

Eu desejo muita sorte e muita força às mulheres brasileiras. Eu desejo que elas possam se unir e se organizar para enfrentar esta avalanche de violência e de intolerância contra as nossas mulheres.

Eu vou ficando por aqui, Sr. Presidente.

Agradeço pela oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Presidente, eu solicito a V. Ex.^a a suspensão da presente sessão pelo tempo de até 2 horas para a gente poder aguardar o resultado da reunião dos líderes. Espero ser logo e de forma positiva.

Neste momento, o presidente desta Casa, as Lideranças da Maioria e Minoria e seus Vice-Líderes estão ali debatendo e discutindo o encaminhamento desta sessão. Por isso, eu acho justo fazer a suspensão desta sessão.

E, com a chegada das lideranças, a gente poderá dar o desfecho de uma sessão tão importante como esta.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Sr.^{as} e Srs. Deputados, há uma questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

Eu queria comunicar a este Plenário o deferimento da presente questão de ordem e prorrogo, por até 2 horas, a presente sessão.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Retomando a sessão, concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Para falar por todo o tempo o deputado Zé Raimundo Lula.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra pelo tempo de 11 minutos ao deputado Zé Raimundo Lula.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr. Presidente, nobres colegas, deputados, deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu gostaria, senhores e senhoras deputados, de trazer para este debate que estamos tendo, nesta convocação extraordinária da Assembleia Legislativa, a discussão sobre a reforma da Previdência através de uma PEC, e também outros projetos para diferentes categorias dos servidores públicos do estado da Bahia.

Queria trazer como pano de fundo a conjuntura histórica que nós estamos vivendo, não apenas no Brasil, na América Latina, mas também no mundo.

Estamos presenciando uma profunda crise fiscal dos estados, estamos observando uma destruição de instituições de direitos sociais que as classes trabalhadoras conseguiram ao longo do final do século XIX, até meados do século XX.

Foi a construção do estado de bem-estar social que nós conhecemos na história dos direitos humanos, dos direitos sociais e que nos Estados Unidos, a partir da crise de 30, o novo caminho, o *New Deal*, ali se instalou com direitos sociais, com o papel do estado interventor, com o papel do estado Keynesiano.

E durante meados do século XX até a segunda metade do século XX, vivenciamos esse processo de conquista de expansão dos direitos sociais. E a crise estrutural do capitalismo, no final do século XX, uma solução começou a ser buscada para que o capitalismo saísse da crise. Foi construído um discurso, como, de certa maneira, já tínhamos visto no século XVIII, que era o neoliberalismo. Ou seja, a retirada do estado como regulador social para que o mercado por si só pudesse resolver os problemas da sociedade.

E essa moda pegou, no final do século XX, coincidentemente também com a crise do socialismo real. E no final o século XX, início do século XXI, o que nós percebemos foi uma expansão desse discurso, medidas de governos que começavam a desregular a sociedade no mundo inteiro. O contraponto transitório foi exatamente o governo do presidente Lula, o governo do PT no Brasil.

Logo em seguida também outros governos na América do Sul, na América Latina, e até mesmo na América Central, porque o México, em certa medida, também, já agora ali uma proposta que revia o puro liberalismo, o neoliberalismo.

Mas eu queria colocar esses temas para dizer que foi um golpe que a presidenta Dilma sofreu. Esse esquema todo que a elite brasileira montou, impedindo o presidente Lula de ser candidato para retomar o processo social e histórico.

A vitória do Bolsonaro sinalizou a destruição daquilo que nós vínhamos construindo, pela primeira vez na nossa história do Brasil, as políticas sociais de integração, de combate às desigualdades e de oportunidades.

E o golpe que deram na presidenta Dilma e o golpe que deram nas forças democráticas resultou no que nós estamos vendo agora, neste momento, na Assembleia Legislativa.

O governo Bolsonaro não só fez a sua reforma tirando direitos dos trabalhadores, como também impôs aos estados e municípios que seguissem e que sigam os seus pontos, os pontos cruciais.

E o que estamos discutindo neste janeiro é que vamos fazer um esforço muito grande para, dentro das possibilidades legais, não destruir direitos dos servidores públicos. Buscar o equilíbrio para que se mantenha, também, o patrimônio previdenciário – que não é de nenhum governo, não é do governante, o patrimônio previdenciário é do servidor público –, para que tenhamos, portanto, em seguida, um

rearranjo dessas estruturas, mas preservando os direitos históricos dos servidores. E que a partir de uma nova conjuntura a gente possa rediscutir o papel do estado, que a gente possa, ao lado da garantia dos direitos dos servidores públicos, sobretudo das faixas salariais mais modestas, retomar o papel do estado prepositivamente na sociedade para que não haja o enfraquecimento da regulação social.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, concluir essas breves palavras, de que o que nós estamos votando aqui temos que ter todo cuidado para poder preservar um estado que seja capaz de regular a sociedade. Ninguém quer um estado incapaz de resolver os problemas profundos da sociedade. Nós não queremos uma sociedade onde o homem seja o lobo do homem e que não haja uma cultura social de respeito as regras de convivência humana.

A nossa reforma que estamos fazendo vai ser uma reforma que preserve o básico dos trabalhadores do serviço público e que mantenha o estado enquanto um agente normatizador da sociedade, para que não tenhamos o neoliberalismo definitivamente instalado nas políticas públicas.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente. E eu tenho certeza de que... quero parabenizar o Líder Rosemberg Pinto, os líderes partidários, os líderes da Oposição que têm mantido, feito um esforço muito grande, as associações que têm apresentado uma agenda pontual para que a gente vá buscando o equilíbrio da Previdência, mas sem destruir direitos e sem fragilizar essas categorias que têm um papel fundamental na vida de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, falará o deputado Soldado Prisco por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra o tenente Prisco, com a nova reforma será promovido.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Graças a Deus eu tenho orgulho de ser soldado e um soldado combativo, viu? Glória a Deus por isso.

Sr. Presidente, infelizmente, após reunião aqui, para passar para os demais companheiros que chegaram agora no plenário, não houve acordo com a Bancada do Governo, para alteração do projeto. A alteração que querem colocar não traz ganho nenhum para a categoria. Isso está muito bem claro.. Mas, infelizmente, como o governo tem maioria, quer tratorar e votar o projeto da forma que está o projeto ou quer votar urgência para o projeto ser votado depois.

E assim, com isso, se o governador não baixar um decreto até o dia 16, o posto imediato dos policiais daqueles que estão para a reserva perderá. Lógico que a culpa

disso é do próprio governador e da sua base que entendem a necessidade, mas não querem discutir com a categoria nesse sentido.

Então, quero colocar e deixar bem claro para todo mundo aqui que nós tentamos todos os tipos de acordo para avançar nesse processo.

O governo fala que se sentou com algumas associações, que não a nossa, e fechou um acordo, que é esse acordo que está sendo votado. Nós não temos culpa disso. E tenho certeza de que a categoria também não concorda com a votação desse projeto.

Ah, e quer retirar as vagas do QETA e manter o quadro do QETA. E cadê os interstícios? E cadê o tempo máximo da graduação? E cadê a alteração no inciso que permite o policial ir para a reserva ou ser promovido mesmo respondendo na presunção de inocência, já que a Constituição Federal garante esse direito?

O próprio Supremo Tribunal Federal, agora, garantiu esse direito à não culpabilidade na segunda instância. Mas, para a gente, policial militar, o governo não entende dessa forma. E os deputados da base também não entendem dessa forma.

Então, é bom que a categoria fique ciente que a nossa luta e a nossa parte a gente está fazendo. E que vocês fiquem atentos ao que o governo está fazendo com a nossa categoria. Em vez de sentar e dialogar para melhorar o nosso projeto, simplesmente, o governo quer votar da forma que está.

O governo alega que sentou, que tem documento assinado pelas associações. Volto a dizer, mais uma vez, que não foi a nossa entidade nem tampouco este deputado que está aqui que fez esse tipo de acordo, acordo que está retrocedendo.

Em 2014, essa LOB foi votada, aqui, nesta Casa, mesmo contra a vontade nossa, porque, em 2014, teve aquele acordo que o governo não cumpriu, que deveria votar o estatuto e depois a LOB. Por absurdos que acontecem no governo do PT. A LOB, hierarquicamente falando, é uma lei inferior ao estatuto, mesmo assim se votou a LOB. Ainda temos uma LOB nova com um estatuto velho. Aí o governo manda para cá remendos para consertar o erro dele do passado. Mas remendos de acordo com a vontade dele e dos coronéis. E, não, da base, aquela base que o governo diz que depende dela.

Em 2016, nesta Casa, aqui, foi aprovado mais um remendo dessa LOB, que trouxe benefícios, sim, para o QOA. Àquela época, em 2016, ampliou o quadro, mas, também, não criou o interstício, não criou o tempo máximo da graduação. Esperávamos que, agora, com a vinda desse projeto, o governo, realmente, consertasse isso. Mas através do comando-geral da corporação, que não quer o bem da tropa, e de algumas associações que não entenderam como é o processo, sentam-se e retrocedem. Retiram as vagas desse quadro, não deixam que os praças ascendam ao quadro de oficiais, do soldado ao coronel, criam um quadro que até o nome é pejorativo, é nojento: QETA. “Quieta aí!”, “Fica quieto!”, “Não fale nada!”, aqui é ditadura mesmo e acabou! Estanca e morre o policial ali, tenente.

E aí os deputados da base que, talvez, não conheçam a realidade dizem: mas o governador vai tornar vocês oficiais. Oficiais de onde? Não sabia que oficiais na Polícia

Militar da Bahia e do Brasil eram só tenentes, e que chegava ali e ele morria. E, nesse próprio projeto, tem que ser 27 anos de efetivo serviço.

Das tais 9.000 vagas nem 300 serão ocupadas até 2021 como ele está dizendo, ou que ele poderia prorrogar o decreto. Ele está dizendo aqui que a culpa foi do governo Bolsonaro. Eu não quero saber, o governo Bolsonaro concedeu ao governo do estado essa prorrogação. Lá, também, quando votou o projeto federal nós fomos contra, fomos para Brasília e fizemos a luta. Não mudamos o discurso como esse governo está mudando agora, que fala que é a favor da base da categoria.

É importante que vocês, deputados, da Base do Governo, entendam o que está acontecendo. O governo está retirando o sonho de um policial ascender na carreira, o sonho daquele policial que veio como praça de um bairro humilde, que vocês próprios falam de todos eles, principalmente a base social do governo que está aqui como o PT, PCdoB, PSB e demais partidos. Aquele que vem tentando alcançar um patamar maior na carreira, que não veio de uma casta, que não veio de um grupo que se chama elite, que quer deixar que essas vagas sejam para os seus filhinhos, para os seus netinhos, porque não quer deixar para essa categoria que está nas ruas todos os dias perdendo as suas vidas, sofrendo com todos os problemas.

A única forma que tem de ascender e que foi votado nesta Casa por esse próprio governo, em 2016. Três anos depois, por pressão da alta cúpula, o governo vai e retrocede, retira as vagas, não promove e faz um absurdo desse que está fazendo aqui hoje, querendo aprovar. Não vai passar da forma como o governo quer, regimentalmente falando não tem como até o dia 16 ser aprovado. A culpa não é nossa e vamos defender isso, desde o início que estamos defendendo isso, desde 2014 que esse acordo era para ser fechado aqui. O governo sabe disso, tem todos esses documentos em mãos, temos provas disso. Não adianta querer jogar a culpa naquilo que não tem culpa. O Líder do Governo sabe, todos os deputados sabem porque participaram da reunião lá em cima.

A nossa luta não vai parar. Vamos continuar a fazer esse enfrentamento, como o próprio Líder da Oposição colocou, amanhã é porta fechada, não tem acordo, não se vota mais nada se não usar todo o Regimento da Casa. Se o governo quer assim para prejudicar a categoria, para mostrar a sua força, como disse o Líder do Governo: “nós temos 32, vamos tratorar, vamos passar por cima”, não tem problema.

Essa é a falsa democracia que eles pregam, a democracia de passar por cima, de não valorizar vocês, porque os outros servidores que estavam aqui na PEC da Previdência, que votam contra também a Previdência Civil, ouvi muitos deles aqui discursarem dizendo que eram contra, botar *outdoor* na Bahia toda “Não à Reforma da Previdência”, que lá em Brasília a Bancada do PT votou contra a reforma da Previdência. Mas aqui eles estão tratorando, estão passando por cima. E nesse discurso eles próprios estão retrocedendo àquilo que eles votaram, àquilo que a gente está lutando há anos. São mais de duzentos anos dessa corporação, dessa categoria de praça, do soldado, do cabo, do sargento e do subtenente que vêm sofrendo.

E desde o advento da Aspra/Bahia, no dia 14 de março de 2009, que as coisas vêm mudando, porque a gente está transformando a realidade dessa polícia. E agora vemos o governo fazer isso, atos absurdos que esse governo vem fazendo com a Aspra, tentando fechar uma entidade de classe em pleno século XXI, fato que ele não vai conseguir. Cortou o código consignatário sem ordem judicial, utilizando a sua secretaria que é o Ministério Público do estado, que, infelizmente, deveria ser um órgão independente e combativo e alguns promotores servem aos senhores neste governo.

Entrei com uma ação, estou acompanhando-a muito de perto, que é para cassar o projeto votado nesta Casa, uma imoralidade, que o Ministério Público não deveria bancar, que é a criação de cargos, 280 cargos comissionados sem concurso, que não são nem Reda, por tempo eterno. Eu, o único deputado desta Casa que entrei com ação para derrubar esse projeto, que foi votado nesta Casa... esse mesmo Ministério Público que fez esse acordo e agora retirou a consignatária nossa.

Nós vamos até às últimas instâncias, até o Supremo Tribunal, até o STJ e aguardamos a volta do recesso para discutir, porque até então não tivemos derrota no Poder Judiciário e acreditamos que aqui a nossa consignatária vai voltar. Essa entidade, a qual o governo persegue e quer tentar calar a voz, porque senta com as demais e aceita tudo o que elas querem, ele não vai conseguir calar a nossa voz, a nossa voz só será calada por aquele Deus que eu creio, que eu sigo e que eu prego, e a nossa luta vai continuar.

Infelizmente, essa é a forma que este governo está querendo aprovar este projeto, de forma absurda e arbitrária, sem querer discutir com a categoria. A proposta que a gente fez foi uma proposta simples, prorroga o prazo, todos vocês aqui ouviram, chama a categoria, as entidades que realmente representam. Agora, após toda essa discussão, já estão dizendo que eram contrários àquele pacote que eles tentaram, nem aqui estão mais, mas os deputados do governo disseram: “Não, nós temos um documento assinado”. Até mostrou para mim, até foto eu tirei, para você ver como o jogo é feito, mas não representa a categoria.

A nossa entidade tem 15 mil associados de luta e combate, mas infelizmente vemos o governo tratorando sem discussão, pegando a sua Base e dizendo: “Sim, senhor.” Parecendo uma Assembleia Legislativa só do amém. Eu espero, aqui tem deputados que eu respeito muito, da Base do Governo, que têm responsabilidade e vai pesar nas suas consciências votar contra uma categoria que os defende, que faz a segurança dos deputados, das suas famílias, que dedica as suas vidas na capital e no interior em seu favor. Então, eu espero que vocês não digam amém ao governo, pensem direitinho e olhem para aquela galeria, onde estão os policiais e todos os que estão trabalhando, hoje à noite, e que não podem estar aqui, porque estão fazendo a nossa segurança.

E eu espero que realmente esse projeto, da forma que ele está, seja retirado. Esse QETA é uma excrescência, é um retrocesso, é o único estado brasileiro que vai ter um

projeto como esse aprovado, nenhum estado tem uma excrescência como a Bahia está tendo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco: Excelência, questão de ordem. Quero pedir uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Soldado Prisco, pedindo verificação de quórum.

Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, deputado Prisco, eu acho que nós estamos debatendo esse projeto há um tempo, o próprio governador tem debatido isso, e eu tenho um respeito muito grande por V. Ex.^a, fui extremamente solidário aqui com V. Ex.^a, quando tentou puxar esse movimento, eu discordei dele, mas você viu que a sua própria Base não topou, não foi para ele, ou seja, esse debate está acontecendo de uma forma muito tranquila.

Agora, presidente, eu queria que V. Ex.^a marcasse os 15 minutos, queria chamar aqui todos os deputados para que a gente pudesse dar o quórum de continuidade da sessão e logo depois nós vamos dispensar, já estou aqui colocando a dispensa de todos os horários partidários da Base do Governo, para que a gente pudesse ir para a Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Só tem o tempo do PT.

Defiro as questões de ordem do deputado Soldado Prisco e do deputado Rosemberg Pinto.

Peço que zerem o painel e façam contar o tempo regimental.

Ao tempo que convido as Sr.^{as} e Srs. Deputados a se fazerem presentes, que há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Nós queremos nos posicionar aqui mais uma vez, está muito evidente para todo mundo, pela edição que foi feita lá na Presidência, que a solução para a questão é o decreto que possa, que retarde a situação para que se faça um debate consequente sobre a situação da categoria.

Mais uma vez é preciso enfrentar esse posicionamento do governo, que me parece insensível em relação à situação da Polícia Militar com essa perspectiva de aprovar a urgência, mas que vai encontrar, me parece, nesta Casa, uma resistência muito grande para que essa urgência se converta na aprovação do projeto.

Então, não vejo como uma boa sinalização essa questão da urgência, o melhor é que por acordo o governo já se comprometesse com o decreto de adiamento dessa

decisão e me parece que esse vai ter que ser o caminho. Obviamente a categoria precisa estar articulada acompanhando essa situação, é importante que quem esteve aqui reproduza a polêmica que está acontecendo, porque tudo aqui nesta Casa está acontecendo numa velocidade realmente impressionante, mas nós queremos deixar aqui o posicionamento do Psol.

A solução é o decreto, é retardar um processo de definição maior e garantir o direito da categoria. (Palmas)

O Sr. Soldado Prisco: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: O deputado Rosenberg, que é um deputado militante, ao qual eu tenho respeito, um deputado sindicalista, quando V. Ex.^a fala que nem a categoria, V. Ex.^a não acompanhou o Adelba lá, o governo de V. Ex.^a utilizou toda truculência que dizia não utilizar contra os movimentos sociais e lá utilizou para reprimir o movimento. Na nossa visão, o movimento foi extremamente vitorioso, na visão de V. Ex.^a foi tão vitorioso que V. Ex.^a e o governo de V. Ex.^a tentam caçar e fechar uma entidade de classe. Quem já viu isso? O governo do PT no Brasil um dia tentar fechar uma entidade de classe.

Isso, vai ficar cravado na história deste país, uma entidade que faz um trabalho social fantástico, uma entidade que faz um trabalho de luta, mas vocês não vão vencer, não vão conseguir...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Reestabelecido o quórum.

O Sr. Soldado Prisco: Então, todos os movimentos, com certeza serão combativos em relação a isso.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, o nobre Líder do Governo, da Maioria, o líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Ordem do Dia. (Lê) “Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 23.723/2020, de autoria do Poder Executivo, altera a Lei 7.990 de 27 de dezembro de 2001, a Lei 13.201 de 09 de dezembro de 2014, a Lei 13.202 de 09 de dezembro de 2014, e dá outras providências.”

O Sr. Targino Machado: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a vai colocar em votação?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Colocar em votação.

O Sr. Targino Machado: Então, tendo em vista, Excelência, a intransigência do governo que poderia ter resolvido isso, o Sr. Governador, através de um decreto prorrogando o posto imediato por dois anos, ou seja, até dezembro de 2021 e no momento seguinte retirar o projeto em tela da Assembleia, abrindo a Mesa de negociação com a Polícia Militar. Esse foi o nosso apelo, esse era o único caminho a única solução, e o governo não se quedou, o governo não se tornou sensível ao pleito da Polícia Militar.

Por isso que solicito de V. Ex.^a uma verificação de quórum de votação, que essa verificação de quórum seja regimental, que V. Ex.^a zere o painel, abra os 25 minutos e que faça a chamada nominal e insistente dos Srs. Deputados para que compareçam ao Plenário desta Casa.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Pela ordem o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, na realidade, não coube à Base do Governo outra medida que não fazer esse requerimento de urgência. O deputado Nelson Leal convidou as partes para conversarmos sobre a possibilidade de um entendimento. Chegamos até a debater o conteúdo do projeto. Na realidade, hoje o que nós estamos votando aqui é apenas uma urgência, e temos condição de continuar o debate ainda até a discussão do projeto em si.

E nós tivemos o cuidado, fizemos um contato com o governador, com o comandante da Polícia Militar, a reivindicação que se fazia aqui é que estaria tirando mil vagas. Das mil vagas que tinham, ou seja, das 1.500 que o projeto apresenta, a maior parte vai para o QETA e não para o QOAPM, o governador nos deu a autonomia para debater essa questão e fazer a inversão, se é essa a reivindicação que foi posta aqui no Plenário para todos nós.

Então se a reivindicação é porque retira os postos e dizia que o QOAPM, me perdoem aí essas siglas, do QETA que está sendo criado, a inversão pode ser feita. Então, nós temos sinalização e tempo para debater isso. Se isso resolve o problema, nós estaremos dispostos a fazer isso por emenda de relator, não tem nenhum problema aqui.

Mas eu queria chamar todos os deputados e deputadas para que a gente se faça presente, não é nenhuma atitude autoritária, não é nada de a gente tentar aqui, como disse nesse instante aqui alguém, passar o rolo compressor. É apenas, primeiro, porque nós precisamos sinalizar que nós queremos votar o projeto.

Nós estamos numa convocação extraordinária e essa convocação extraordinária requer o debate dos projetos que estão nessa convocação. Então, nós estamos debatendo, nós temos tempo, eu espero que de ambos os lados possam ter caminhos para que a gente busque o entendimento.

Recebi as associações, já marquei novamente com alguns para continuarmos a conversa amanhã, o governador está extremamente à disposição para todas as

conversações, mas não nos resta outra alternativa senão colocar a urgência em apreciação sob pena de gerar prejuízo na tramitação do projeto e isso repercutir muito mal para os 32 mil policiais militares do estado da Bahia.

Por isso que eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que se fizessem presentes para atender à verificação de quórum do deputado Targino e depois proceder à votação do requerimento de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^{as} serão atendidos. Peço que zere o painel e conte o tempo regimental de 25 minutos. Quórum de votação solicitado pelo deputado Targino, ao tempo em que convido as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, a se fazerem presentes, aqui, no nosso plenário.

(Pausa)

Convido os deputados Alan Sanches, Capitão Alden, David Rios, Diego Coronel, Fátima Nunes, Hilton Coelho, Jânio Natal, José de Arimateia, Jurailton Santos, Jusmari Oliveira. Com a confirmação do deputado Targino já há os 32 deputados. Com a questão de ordem do deputado Targino tinha que marcar, era o 32º, mas já chegou aos 32.

Em votação.

Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

O Sr. Soldado Prisco: Voto contrário, viu, Sr. Presidente? Coloque o voto contrário da Bancada de Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Voto contrário da Bancada de Oposição.

O Sr. Hilton Coelho: Voto contrário, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): E do deputado Hilton Coelho.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Primeiro, eu quero aqui agradecer a presença...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Só para eu programar.

Aprovado.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) O.k. Quero agradecer a todos os deputados que estão aqui até este momento, sinalizar para a Polícia Militar que nós vamos continuar conversando para que a gente possa amanhã chegar aqui e encontrar um caminho para aprovar esse projeto atendendo às demandas.

E orientar a nossa Bancada que amanhã nós estaremos aqui. Espero que a gente vote o projeto dos diretores de escola e o requerimento de prioridade da PEC. A PEC será publicada, e amanhã nós votaremos aqui.

Queria pedir, às 14h45min todos aqui, para que a gente possa dar continuidade à convocação extraordinária, com votação amanhã, se tiver condição, do projeto dos diretores e, obviamente, o requerimento de prioridade da nova PEC.

Boa noite a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.